



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS,  
REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2026**

--- Aos vinte nove dias do mês de abril de dois mil e vinte seis, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório dos Edifícios Centrais do Parque Tecnológico de Óbidos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos: ---

--- **PONTO UM** - Intervenção do público; -----

--- **PONTO DOIS** - Período antes da Ordem do Dia; -----

--- **PONTO TRÊS** - Apreciação e eventual aprovação da ata n.º 03 da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Óbidos, realizada em 27 de fevereiro de 2026; -----

--- **PONTO QUATRO** - Apreciação e eventual aprovação do relatório e inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município de Óbidos e respetiva avaliação, à data de 31 de dezembro de 2025; -----

--- **PONTO CINCO** - Apreciação e eventual aprovação dos documentos de prestação de contas individuais do Município de Óbidos – 2025; -----

--- **PONTO SEIS** - Apreciação e eventual aprovação da proposta para autorização para assunção de compromissos, bem como a autorização para a repartição de encargos plurianuais, relativamente a celebração do Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira entre o Município de Óbidos e o Centro Social e Cultural para o Desenvolvimento de Olho Marinho, tendo em vista a execução das obras de construção de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) na Freguesia de Olho Marinho; -----

--- **PONTO SETE** - Apreciação e eventual aprovação da proposta para autorização para assunção de compromissos, bem como a autorização para a repartição de encargos plurianuais, relativamente a celebração do Protocolo de Colaboração entre o Município de Óbidos e a AHBVO-Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Concelho de Óbidos; -----

--- **PONTO OITO** - Apreciação e eventual aprovação para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais ao abrigo do previsto na alínea c), do n.º 1 e n.º 3 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – LCPA, na sua atual redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, assim como a autorização de repartição de encargos, conforme legislação atual, relativo ao procedimento para a Reabilitação do Aqueduto da Usseira (SEGMENTO 1); -----

--- **PONTO NOVE** - Apreciação e eventual aprovação para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais ao abrigo do previsto na alínea c), do n.º 1 e n.º 3 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – LCPA, na sua atual redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, assim como a autorização de repartição de encargos, conforme legislação atual, relativo ao procedimento para a Remodelação do Edifício da Piscina Municipal de Óbidos; -----

--- **PONTO DEZ** - Apreciação e eventual autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Óbidos e a Freguesia de A dos Negros, no domínio dos transportes, 2026-2029; -----

--- **PONTO ONZE** - Apreciação e eventual autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Óbidos e a Freguesia de Amoreira, no domínio dos transportes, 2026 – 2029; -----

--- **PONTO DOZE** - Apreciação e eventual autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Óbidos e a Freguesia de Gaeiras, no domínio dos transportes, 2026 – 2029; -----



--- **PONTO TREZE** - Apreciação e eventual autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Óbidos e a Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa, no domínio dos transportes, 2026 – 2029; -----

--- **PONTO CATORZE** - Apreciação e eventual autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Óbidos e a Freguesia de Olho Marinho, no domínio dos transportes, 2026 – 2029; -----

--- **PONTO QUINZE** - Apreciação e eventual autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Óbidos e a Freguesia de Usseira, no domínio dos transportes, 2026 – 2029; -----

--- **PONTO DEZASSEIS** - Apreciação e eventual autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Óbidos e a Freguesia de Vau, no domínio dos transportes, 2026 – 2029; -----

--- **PONTO DEZASSETE** - Apreciação e eventual autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Óbidos e a Freguesia de A dos Negros, para cobrança de faturas de água e saneamento e Programa “Crescer Melhor”, 2026 – 2029; -----

--- **PONTO DEZOITO** - Apreciação e eventual autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Óbidos e a Freguesia de Amoreira, para cobrança de faturas de água e saneamento e Programa “Crescer Melhor”, 2026 – 2029; -----

--- **PONTO DEZANOVE** - Apreciação e eventual autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Óbidos e a Freguesia de Gaeiras, para cobrança de faturas de água e saneamento e Programa “Crescer Melhor”, 2026 – 2029; -----

--- **PONTO VINTE** - Apreciação e eventual autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Óbidos e a Freguesia de Olho Marinho, para cobrança de faturas de água e saneamento e Programa “Crescer Melhor”, 2026 – 2029; -----

--- **PONTO VINTE UM** - Apreciação e eventual autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Óbidos e a Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa, para cobrança de faturas de água e saneamento e Programa “Crescer Melhor”, 2026 – 2029; -----

--- **PONTO VINTE DOIS** - Apreciação e eventual autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Óbidos e a Freguesia de Usseira, para cobrança de faturas de água e saneamento e Programa “Crescer Melhor”, 2026 – 2029; -----

--- **PONTO VINTE TRÊS** - Apreciação e eventual autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Óbidos e a Freguesia do Vau, para cobrança de faturas de água e saneamento e Programa “Crescer Melhor”, 2026 – 2029; -----

--- **PONTO VINTE QUATRO** - Apreciação e eventual aprovação da proposta de contrato-programa a celebrar com a Óbidos Criativa, E. M., para o ano 2026; -----



## Assembleia Municipal de Óbidos

3

Ata n.º 4

Sessão Ordinária de 29.04.2026

--- **PONTO VINTE CINCO** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, deu início à sessão, e disse : “ Em nome da mesa da Assembleia apresento os meus cumprimentos ao senhor Presidente da Câmara Municipal, ao Senhor Vice- Presidente da Câmara Municipal às Senhoras e Senhores Vereadores, às Senhoras e Senhores Deputados, incluindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, ao Senhor Diretor do Parque Tecnológico aqui presente a quem agradeço a disponibilização deste espaço e toda a logística que nos permite hoje realizar esta Assembleia Municipal. Cumprimento igualmente os colaboradores da Câmara Municipal de Óbidos que estão presentes e o público em geral .-----

--- De seguida passo a palavra à Segunda Secretária, para ser feita a chamada.” -----

--- A Segunda Secretária, Lénia Capinha Lameiro, fez a chamada.-----

--- **Presenças:** - Fernando Jorge Sousa e Silva, Ricardo José Pedras Ribeiro, João José Menezes Pereira Moniz, Lénia Capinha Lameiro, Susana Isabel da Cruz Jacinto e Costa, Ana Maria Ramos de Sousa, Fábio Miguel Tomé Antunes, Luís Manuel Ferreira Cunha, Elisabete Rocha Castanheira, Patrícia Alexandra Simões Silva do Rosário Santo, Hugo Leitão Henriques, Diogo Caires Câmara, Vítor Paulo Herculano Rodrigues, Luana Madalena Oliveira da Silva de Sousa, Adélia Maria da Silva Claudino Araújo, Ricardo José da Mata Antunes, Natália Maria Saramago Leandro, Rodrigo Miguel Conde Fonseca, José Manuel Lopes Marques, João Paulo Herculano Rodrigues, Ilda Maria Nuno da Cruz Figueiredo, Ricardo Silva Santos Carreira, José Pedro Rolim Horta, Pedro Miguel Jerónimo Vieira, Hélder José Mineiro Mesquita, Bruno Ricardo Pereira Duarte, Frederico de Deus Lopes. -----

--- **Faltas:** - Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, Pedro Miguel Carvalho Maldonado de Freitas, Anabela Blanc Capinha Corado, Sandra Nazaré Cipriano Bebiano. -----

--- **Substituições:** - O deputado Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, foi substituído pela deputada Susana Isabel da Cruz Jacinto e Costa, o deputado Pedro Miguel Carvalho Maldonado de Freitas, foi substituído pelo deputado João José Menezes Pereira Moniz, a deputada Anabela Blanc Capinha Corado, foi substituída pela deputada Patrícia Alexandra Simões Silva do Rosário Santo. -----

--- **Quórum** – Vinte e sete presenças. -----

--- Registou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Filipe Miguel Correia Alves Daniel e dos Vereadores, Ricardo Miguel Pereira Duque, Paulo Manuel Clemente Gonçalves, Soraia Alexandra Isidoro Saramago, Samuel de Sousa Timóteo Félix, Joana Trindade Bernardes Costa, Bruno João Rebelo Silva. -----

--- Por haver quórum, o Presidente da Assembleia Municipal deu início a Ordem de Trabalhos:-----

### -----ORDEM DE TRABALHOS:-----

--- **PONTO UM - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

--- Não houve intervenções do público. -----

--- Antes de iniciar o ponto do Período Antes da Ordem do dia o Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra e disse: “A mesa recebeu uma solicitação do jornalista Joel Ribeiro do semanário Gazeta das Caldas para ter acesso à gravação de áudio da Sessão da Assembleia Municipal de hoje para fins jornalísticos uma vez que não pode estar presente. -----



--- Da parte da mesa não vemos qualquer obstáculo no acesso ao audio da Sessão, no entanto como o mesmo diz respeito a todos considero importante ouvir a opinião sobre este assunto dos representantes dos Grupos Municipais, pelo que darei de seguida a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, líder da bancada do PSD, à Senhora Deputada Ana Sousa que hoje representa a bancada do PS e à Senhora Deputada Adélia Araújo líder da bancada do Chega”-----

--- De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro e disse:” Da nossa parte não vemos qualquer objeção ao respetivo acesso, lamentando no entanto a ausência do respetivo órgão da comunicação social na presente Sessão da Assembleia Municipal”. -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa tomou a palavra e disse: “ Também não vemos qualquer inconveniente no respetivo acesso, mas fazemos menção de que, se a nossa proposta de transmissão das Sessões on-line fosse aprovada o referido pedido não seria necessário.”-----

--- A Senhora Deputada Adélia Araújo interveio e disse:”Concordamos com o acesso, mas uma vez mais reforçamos a necessidade da transmissão on-line das nossas Sessões.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra e disse: “Uma vez que existe unanimidade no sentido de permitir o acesso ao audio da Sessão da Assembleia Municipal de hoje para efeitos jornalísticos a mesa irá providenciar para que a referida autorização se concretize. -----

--- **PONTO DOIS - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra e disse: “Antes de iniciarmos o período de intervenções vamos ter que nos pronunciar sobre o requerimento formulado ao Plenário desta Assembleia pela empresa Pedra Rústica- Indústria Transformadora de Pedra, Lda. e que foi enviado a todas as Senhoras Deputadas e Senhores Deputados para dele ter conhecimento no link correspondência. No referido requerimento é solicitado o pedido de tomadas de iniciativas da Assembleia Municipal para com o Executivo Municipal no que se refere aos autos do Processo: 1765/25.2T8LRA do Juízo Central de Leiria. -----

--- Os autos mencionados referem-se à solicitação do pagamento de uma eventual dívida por serviços prestados ao Município de Óbidos no período compreendido entre os anos de 2005 -2006 pela respetiva empresa e que segundo a mesma é de 383 615,82 euros mais IVA, acrescida dos juros vencidos e vincendos até ao integral pagamento, juros esses que á taxa legal corresponde atualmente ao montante de 805 580,58 euros. -----

--- Feita esta breve introdução ao assunto vamos proceder de seguida ao respetivo debate começando por ouvir os respetivos líderes das bancadas dos Grupos Municipais do PSD,PS e CHEGA. -----

--- De seguida interveio o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro e disse :” Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, Senhoras e Senhores Vereadores, minhas senhoras e meus senhores: -----

--- A proposta de inclusão deste ponto na ordem de trabalhos merece a nossa oposição. Não por falta de interesse nos assuntos em causa, mas precisamente por respeito às instituições, à legalidade e à separação de competências que devem orientar o funcionamento dos órgãos.-----

--- Estamos perante uma matéria que, tanto quanto ficamos a conhecer, encontra-se já a



ser apreciada pelas instâncias judiciais competentes, podendo inclusivamente estar sujeita a segredo de justiça. Nesse contexto, qualquer tentativa de trazer este tema para debate nesta Assembleia não só seria inadequada, como poderia configurar uma interferência indevida num processo que deve seguir o seu curso próprio, com as garantias e a reserva da lei em vigor. -----

--- Importa ainda sublinhar que a Assembleia Municipal tem uma missão bem definida: fiscalizar a atividade do executivo e deliberar sobre matérias de interesse municipal, dentro das suas competências legais. Não lhe cabe analisar reclamações individuais, muito menos pronunciar-se sobre processos em curso ou intenções que carecem de enquadramento formal e jurídico. -----

--- Já assistimos, com demasiada frequência, a contextos mediáticos nas televisões onde se discute tudo e mais alguma coisa, muitas vezes sem rigor, sem responsabilidade e sem competência técnica. Não podemos nem devemos permitir que esta Assembleia faça o mesmo. O nosso dever é assegurar seriedade, responsabilidade institucional e respeito pelos limites das nossas funções. -----

--- Por estas razões, a nossa posição é clara: não aprovaremos a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos. -----

Muito obrigado.” -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa usou da palavra e disse: “A questão não é: nós tomarmos a iniciativa de dizer à Câmara *‘pague-se’* ou *‘deixe-se de pagar’*. Nós não podemos tomar qualquer dessas deliberações, porque isso extravasa as nossas competências. Tal como disse, fiscalização sim, recomendações sim, mas com base sustentada numa informação. Ora, nós só estamos a ouvir uma parte e, portanto, aquilo que eu sugeria é que fosse feito um pedido à Câmara para informar esta Assembleia sobre toda esta problemática. À parte do que está a decorrer em juízo — porque disso nós temos, minimamente, informação sobre o estado do processo —, o que é que a Câmara nos tem a dizer sobre essa matéria? Perante isso, poderemos depois fazer, ou não, alguma recomendação naquilo que nos parecer ser o mais producente para a Câmara, mas também, naturalmente, defendendo aquilo que é a transparência e o rigor para com os particulares. -----

--- Portanto, temos de ver as coisas sempre em dois níveis: a defesa da Câmara, no sentido de que é um órgão que devemos proteger, porque é aquele que também conduz os destinos do nosso município; mas também o princípio do interesse público, que está sempre subjacente à verdade. -----

--- Não estou a pôr em causa, nem a fazer uma avaliação sobre se é verdade ou mentira aquilo que está aqui dito, nem me compete fazê-lo. Mas, para ficarmos com o assunto devidamente esclarecido, parece-me que devemos pedir à Câmara que nos informe concretamente sobre esta matéria. -----

--- E o que houver a dizer sobre o assunto é isso que eu entendo — e penso que a bancada me acompanha. O que eu disse foi que pedíamos à Câmara que nos informasse sobre o processo, foi só isso!” -----

--- A Senhora Deputada Adélia Araújo usou da palavra e disse: “Portanto, na continuidade do que a nossa colega Ana Sousa referiu, considero que sim: a Câmara deve procurar e





verificar mais informação nos arquivos que possuí, porque não é, de todo, positivo para o concelho manter estas situações por resolver. Não é por não ter ocorrido neste mandato que deve ser esquecida, e penso que é importante apurar-se realmente alguma coisa.-----  
O valor ainda é muito elevado. Se o material foi aplicado — penso que se trata de material, porque estou afastada deste assunto, sou nova aqui, e creio que a ‘pedra rústica’ se refere a material —, então caberá à Câmara e ao tribunal decidir. -----

--- Mas seria útil apurar mais alguns elementos para que, posteriormente, se possa tomar alguma decisão.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra e disse: “Muito obrigado, Senhora. Deputada. Portanto, do que entendi, por parte do PSD havia a ideia de que, na verdade, não nos deveríamos pronunciar; por parte do PS e do CHEGA, a questão prende-se com o pedido de esclarecimento à Câmara. -----

--- E a finalidade desse pedido de esclarecimento à Câmara seria, posteriormente, analisar a matéria numa futura reunião da Assembleia Municipal.” -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa interveio de seguida e disse: “Sim, a ideia é precisamente essa. Considero que não é exigível a ninguém estar plenamente documentado e munido de toda a informação sobre esta matéria, até porque se trata de um assunto que nos foi submetido por uma entidade externa. Assim que dispusermos de informação adicional, iremos analisá-la e tomar uma decisão: poderemos arquivar a matéria, caso assim o entendamos, comunicando à entidade que não temos parecer a emitir e que aguardaremos o desfecho da ação judicial, ou adotar outra decisão que o coletivo considere adequada. --Contudo, sem informação fundamentada que nos permita analisar e formular uma opinião estruturada, torna-se difícil avançar. Além disso, exigir uma resposta imediata ao Presidente da Câmara, neste momento, não me parece uma postura cordial.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra e disse: “Com certeza. O Senhor Presidente da Câmara manifestou a intenção de adiantar algumas notas sobre o assunto, caso a Assembleia o permita. Como é evidente, no uso da palavra, deverá fazê-lo antes de avançarmos para o procedimento seguinte. Senhor Presidente, tem a palavra.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse: “Muito boa tarde, Senhor Presidente. Cumprimento Vossa Excelência, a Mesa da Assembleia, as Senhoras e Senhores Vereadores, as Senhoras e Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, o público presente e os funcionários que nos acompanham nesta segunda Assembleia Ordinária do ano de 2026.-----

--- O nosso principal objetivo é que todos fiquem esclarecidos e, acima de tudo, salvaguardar o bom nome da Câmara Municipal de Óbidos, mantendo-o isento de juízos injustos. Irei apresentar um resumo sintético, sistemático e com dados numéricos rigorosos sobre este assunto, reiterando o que já foi exposto pelo Senhor Presidente da Assembleia. Relembro que, enquanto órgão executivo, estamos totalmente disponíveis para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais ao órgão fiscalizador. -----

--- Em termos de enquadramento, a empresa Pedra Rústica, Lda., alega ter realizado um conjunto de trabalhos nos anos de 2005 e 2006. Como é do conhecimento geral, eu não exercia funções autárquicas à data. Em 2025, fui abordado por um intermediário ligado à



empresa, que me questionou sobre a existência de uma alegada dívida da autarquia. Solicitei, de imediato, que formalizassem o assunto por escrito, para que os serviços financeiros pudessem averiguar a situação. -----

--- Após a receção do e-mail, questionei a Chefe de Divisão Financeira sobre a existência de faturas pendentes ou de algum processo em nome da empresa, tendo sido verificado que não existia qualquer registo. De acordo com a documentação agora apresentada, os serviços alegadamente prestados totalizavam, à época, 383 615,82 €. Acrescendo os juros de mora referidos pelo Senhor Presidente da Assembleia — que, segundo a empresa, ascendem a 805 580,58 € —, o valor reclamado perfaz o total de 1 189 196,40 €, ao qual acresce o valor do IVA legal. -----

--- Entretanto, a autarquia foi acionada judicialmente por esta empresa. O processo está a ser acompanhado pelo nosso gabinete jurídico externo, através da Dra. Anabela Batista. Na qualidade de ex-empresário e atual Presidente da Câmara, considero a situação altamente invulgar. A empresa pretende cobrar uma alegada dívida com base, exclusivamente, numa fatura pró-forma. Relembro que uma fatura pró-forma é um documento meramente preliminar e informativo, emitido antes da prestação do serviço ou entrega do bem, contendo apenas uma estimativa detalhada da transação. Não possui qualquer valor contabilístico, fiscal ou vinculativo. -----

--- Factualmente, os únicos documentos que a Câmara Municipal possui são faturas pró-forma. Não existe qualquer fatura definitiva emitida após a alegada prestação dos serviços. Como tal, aguardaremos serenamente a decisão das instâncias judiciais competentes. Não posso autorizar o pagamento de uma despesa que não se encontra legalmente titulada, uma vez que gerimos dinheiros públicos e vigora o princípio da responsabilidade financeira. -----

--- Relativamente às intervenções anteriores, e dirigindo-me em particular à Deputada Adélia Araújo, cumpre-me sublinhar que o bom nome da Câmara Municipal não fica manchado pelo simples facto de terceiros alegarem a existência de uma dívida; apenas ficaria se essa dívida fosse real e a autarquia se recusasse a honrá-la. Este executivo nunca se esquivou a assumir compromissos legítimos, tendo inclusive regularizado recentemente dívidas com 17 anos e outras de mandatos anteriores. -----

--- A saúde financeira do Município de Óbidos é robusta, a nossa dívida média é bastante saudável e dispomos de liquidez para honrar todos os compromissos legalmente assumidos por nós ou por executivos anteriores. Em suma, o facto estrutural é claro: não se efetuam pagamentos com base em faturas pró-forma, cujo valor jurídico e contabilístico é estritamente equivalente ao de um orçamento.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra e disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente da Câmara. Face aos esclarecimentos e às informações prestadas por Vossa Excelência, constata-se que as bancadas do PS e do CHEGA mantêm a sua posição inicial, ao passo que a bancada do PSD manifesta uma posição divergente. Não havendo, por conseguinte, consenso entre as forças políticas, iremos proceder à votação da proposta.”

--- A Senhora Deputada Ana Sousa, pediu a palavra, disse: “Não consigo compreender os motivos da oposição do PSD a esta matéria. A questão que se coloca é: se consideram a informação dispensável, qual é a razão para se oporem à sua fundamentação? Creio que



o problema deve ser formulado nestes termos: haverá uma recusa em que a informação seja prestada à Assembleia? Se sim, qual é o fundamento para rejeitar este princípio de transparência junto deste órgão fiscalizador? É apenas essa a minha questão.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra e disse: “O termo ‘opor-se’ terá sido um lapso de linguagem da minha parte. A posição manifestada é, de facto, a de considerar a informação dispensável. Feito este esclarecimento, Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, tem a palavra.” -----

--- Dada a palavra, o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente. Na minha primeira intervenção, pronunciei-me estritamente em função das declarações do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Reitero que não compete a este órgão analisar processos que correm termos nos tribunais. Adicionalmente, importa notar que, mesmo que se trate de documentos partilhados ou de informação pública acessível aos cidadãos, o facto de o processo se encontrar sob segredo de justiça não nos isenta da responsabilidade no seu manuseamento e partilha, devendo essa cautela ficar lavrada em ata. -----

--- Não podemos avaliar esta matéria com base em meras perceções. Diariamente, a comunicação social — televisões, rádios e jornais — transmite notícias sobre variados processos judiciais de âmbito nacional. Assistimos a um fluxo constante de comentários jornalísticos sobre investigações, muitas delas em segredo de justiça, sustentados em suposições e notícias (umas verdadeiras, outras infundadas), com o intuito manifesto de moldar a opinião pública e, eventualmente, influenciar os tribunais. -----

--- A Assembleia Municipal não dispõe de competências judiciais; não somos uma comissão parlamentar de inquérito, nem detemos o mesmo peso institucional ou a mesma responsabilidade. Embora possa existir alguma confusão por parte de alguns membros, sublinho que, sendo nós a favor da transparência, recusamo-nos a debater assuntos que estão pendentes de decisão judicial. O caso está entregue aos tribunais e nós confiamos na idoneidade do Município de Óbidos. -----

--- Por conseguinte, opomo-nos a que este assunto seja discutido com base nas alegações da empresa em causa. Como foi superiormente esclarecido pelo Senhor Presidente da Câmara, as reivindicações assentam numa fatura pró-forma, documento que não passa de um mero orçamento preliminar. Carecemos de competência legal para deliberar sobre o tema, pelo que defendemos que a matéria não deve ser objeto de discussão nesta Assembleia até que haja uma sentença transitada em julgado. -----

--- Se o tribunal vier a provar a existência da dívida, o Município de Óbidos, como pessoa de bem que é, irá honrar o seu compromisso. Se, pelo contrário, ficar provado que nenhuma dívida existe, o desfecho será o oposto. Lamentavelmente, a imagem que se transmite para o exterior é a de que o município falha nos seus pagamentos há duas décadas. São estas perceções erradas que se propagam, e este órgão fiscalizador deve guiar-se por dados concretos e factos provados, e não por suposições. É tudo. Muito obrigado.” -----

--- O Senhor Presidente da Junta do Vau, Frederico Lopes, usou a palavra e disse: “Muito boa tarde, Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados e demais membros presentes. Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, cumpre-me apresentar a minha declaração de voto. -----





--- Manifesto desde já que irei abster-me por um motivo simples: independentemente de a matéria avançar para votação, a minha posição prende-se com o facto de, mais uma vez, os Presidentes de Junta não serem auscultados. Sem qualquer intuito de crítica destrutiva, considero que os Presidentes de Junta também têm voz nesta Assembleia. Enquanto membros eleitos pelas nossas populações, se somos chamados a votar, deveríamos, de igual modo, ser convocados a dar parecer. -----

--- Recusando a ideia de que este órgão serve apenas para uma validação mecânica de braço levantado, opto, por conseguinte, pela abstenção.” -----

--- Na sequência da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Vau o Senhor Presidente da Assembleia disse: “Cumpre-me esclarecer o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Vau de que, na sua qualidade de membro por inerência da Assembleia Municipal, dispõe exatamente das mesmas prerrogativas e informações que os restantes deputados. Todos os membros deste órgão receberam a documentação e os e-mails em simultâneo. -----

--- Independentemente de terem sido eleitos diretamente ou de integrarem a Assembleia por inerência de funções, todos os Presidentes de Junta tiveram acesso aos mesmos elementos, sendo a decisão de voto soberana e tomada no decurso da presente sessão, sem qualquer concertação prévia. -----

--- Recuso a distinção, no seio desta Assembleia, entre deputados eleitos diretamente e membros por inerência; este órgão constitui um todo homogéneo onde todos os membros gozam de estatuto de igualdade. Compreenderia a objeção de Vossa Excelência se estivéssemos perante um assunto de interesse restrito de uma freguesia ou perante uma moção apresentada, como por vezes sucede, à última da hora, sem a devida consulta prévia aos Presidentes de Junta — tal como bem assinalou na última sessão. -----  
Contudo, no caso vertente, a situação não se aplica. Todos os deputados foram informados em simultâneo e a deliberação será tomada hoje, estritamente em função da análise documental realizada e do debate que aqui estamos a travar.” -----

--- O Senhor Presidente da Junta do Vau, Frederico Lopes pediu a palavra e disse: “Permite-me? Compreendo a explicação; no entanto, a questão foi formalmente dirigida a três bancadas: ao PS, ao PSD e ao CHEGA. Ora, no meu caso em concreto, cumpre-me recordar que sou um Presidente de Junta eleito através de um movimento independente.”

--- O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, disse: “Precisamente por esse motivo, o Senhor Deputado pode intervir nos moldes que entender e, naturalmente, formular a sua questão. Cumpre-me, contudo, esclarecer que, nos termos do nosso regulamento interno, assiste aos eleitos independentes a faculdade de se constituírem como grupo municipal independente, passando a gozar dos mesmos direitos e prerrogativas das demais forças políticas.-----

--- No caso vertente, as bancadas que foram auscultadas correspondem aos grupos municipais constituídos e em funções nesta Assembleia Municipal, que são atualmente três: o PSD, o CHEGA e o PS. Não tenho conhecimento da existência de qualquer outro grupo municipal constituído neste órgão. -----

--- Usando da palavra, a Senhora Deputada Ana Sousa disse: “Sem intuito de prolongar em demasia o debate sobre esta matéria, não posso deixar de assinalar que o PSD está a



analisar este assunto sob um prisma estritamente político. Cumpre-me clarificar que, apesar de integrarmos a oposição, não pretendemos retirar dividendos políticos desta situação. Rejeito as alusões a supostas perceções ou tentativas de moldar a opinião pública. -----

--- Este órgão detém uma competência regulamentar inalienável: a fiscalização. Ao abrigo dessa mesma competência, e perante um documento com este teor, a prudência recomenda — sem prejuízo de qualquer juízo de valor e manifestando total confiança nas declarações do Senhor Presidente — que a referida informação seja formalmente remetida por escrito a esta Assembleia Municipal. -----

---Torna-se incompreensível a oposição do PSD e a forma politizada como aborda o tema, sugerindo um receio infundado, quando vigora o princípio de que *quem não deve, não teme*. Estamos a criar um impasse em torno de uma questão cuja resolução considero de extrema simplicidade. Trata-se, naturalmente, do meu ponto de vista, respeitando as opiniões divergentes, como dita o pluralismo democrático. -----

--- Caso a matéria seja submetida a votação, o PSD fará valer a sua maioria, o que não legitima, necessariamente, que essa seja a melhor decisão para a salvaguarda institucional da Câmara e da Assembleia Municipal. Lamento que assim seja.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Muito obrigado. Dou, em primeiro lugar, a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de A-dos-Negros.” -----

--- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de A-dos-Negros, Ricardo Carreira, disse: “Muito boa tarde. Agradeço o uso da palavra. Senhor Presidente da Mesa, cumprimento Vossa Excelência, os restantes membros da Mesa e os Senhores Deputados. Senhor Presidente da Câmara, cumprimento também Vossa Excelência, e os Senhores Vereadores, estendendo a minha saudação ao público presente. -----

--- Creio poder dar um contributo útil para o esclarecimento desta matéria. No período compreendido entre 2005 e 2009, exerci as funções de vogal na Junta de Freguesia de A-dos-Negros. Cumpre-me esclarecer que as intervenções enunciadas no documento remetido pela empresa Pedra Rústica dizem respeito a uma obra executada pela Junta de Freguesia, e não pelo Município. -----

--- Desconheço se a fatura pró-forma em apreço foi emitida à data ou posteriormente; contudo, posso afiançar que os trabalhos não ocorreram no biénio de 2005/2006, mas sim por volta de 2007 ou 2008. Esta empreitada decorreu ao abrigo de um protocolo celebrado, à época, entre a Junta de Freguesia e o Município, o qual previa a transferência de verbas para o efeito, tendo as obras sido integralmente pagas pela Junta de Freguesia. -----

--- Espero que este facto ajude a clarificar o assunto em discussão.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Ribeiro.” -----

--- Senhor Deputado Ricardo Ribeiro disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumpre-me apenas esclarecer a Assembleia de que o grupo municipal do PSD não irá prolongar o debate sobre esta matéria. Apresentámos a nossa posição e fundamentámos a nossa opinião sobre o ponto em discussão, pelo que não iremos alimentar mais intervenções sobre este assunto, ou sobre temas futuros que sigam a mesma tónica. Deste modo, damos por concluída a nossa participação neste ponto. Muito obrigado.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, usando da palavra, disse: “Considerando concluído



o debate e com vista a otimizar os trabalhos, constata-se a existência de duas posições distintas: por um lado, a tese de que a matéria não deve ser objeto de discussão ou deliberação por este órgão, atendendo a que o processo corre termos nos tribunais sob segredo de justiça; por outro lado, a proposta de solicitar esclarecimentos adicionais, por escrito, à Câmara Municipal, sem prejuízo das informações já prestadas nesta sessão pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

--- Cumpre sublinhar a relevância da pendência judicial deste caso. Sendo público que a matéria se encontra sob apreciação judicial, e em estrito respeito pelo princípio constitucional da separação de poderes, a Assembleia Municipal não deve interferir em assuntos *sub judice*. Compete exclusivamente ao poder judicial determinar a verdade material dos factos, através dos meios de prova legalmente previstos.-----

Este órgão deliberativo apenas deverá tomar uma posição concertada após uma sentença judicial transitada em julgado, sendo essa a única via legal para validar a existência de uma dívida desta natureza e, subsequentemente, proceder à respetiva dotação no Orçamento Municipal, para que se efetue o pagamento, se a isso houver lugar.-----

Posto isto, iremos proceder à votação das seguintes propostas:-----

- **Proposta A** (apresentada pelo PSD): Defende que a matéria não seja discutida, aguardando-se a respetiva decisão judicial. -----

- **Proposta B** (apoiada pelo PS e pelo CHEGA): Visa a solicitação de esclarecimentos suplementares ao executivo camarário” ---Submetidas as propostas a votação, registaram-se os seguintes resultados: -----

- **Proposta A:** 16 votos a favor; -----

- **Proposta B:** 9 votos a favor; -----

- **Abstenções:** 2 votos. -----

--- "Em face do resultado, declara-se a **Proposta A** aprovada pela Assembleia Municipal. Concluo reiterando que esta deliberação salvaguarda as competências próprias deste órgão face à soberania do poder judicial, ao qual caberá ditar a decisão final sobre o processo.” -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse: “Iremos responder à entidade nesses exatos termos ou, pelo contrário, não será emitida qualquer resposta?”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “A resposta a remeter fixará que, por maioria, a Assembleia Municipal deliberou que, estando a matéria *sub judice*, este órgão se abstém de emitir qualquer pronúncia ou posição antes de uma sentença transitada em julgado. Será esta a fundamentação comunicada à entidade”. -----

--- Esgotada esta matéria, passamos ao período destinado às intervenções dos Senhores Deputados, uma vez que a votação da ata já se encontra resolvida. Em estrito cumprimento do regimento em vigor, cumpre à Mesa aferir o número de inscrições para proceder à gestão do tempo disponível. -----

--- Solicitam o uso da palavra os seguintes Deputados: Ana Sousa, Ilda Figueiredo, Fábio Antunes, Frederico Lopes, Diogo Câmara e José Marques. Constatando que se encontram inscritos apenas seis oradores, a Mesa delibera não fixar um limite temporal rígido por intervenção. -----



--- Salvaguardando um período de aproximadamente quinze minutos para a subsequente intervenção do Senhor Presidente da Câmara, e dispondo o plenário de 45 minutos totais, caberá a cada orador um tempo estimado de sete minutos, o qual se considera plenamente suficiente".-----

--- Usando da palavra, a Senhora Deputada Ana Sousa disse: "Encontrando-nos no final do mês de abril — que considero e defino, por excelência, como um mês de renascimento —, cumpre-me destacar duas efemérides de particular relevância. -----

--- A primeira prende-se com o facto de abril ser o Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância. Importa evocar esta causa para manter a comunidade desperta para o tema. Apraz-me registar que o Senhor Presidente da Câmara e o restante executivo municipal — com exceção do Senhor Vereador Paulo Gonçalves, ausente por motivos de agenda — marcaram presença no concerto promovido pela CPCJ, em parceria com a Casa da Música. Tratou-se de uma iniciativa artística inovadora que sensibilizou os presentes para a problemática dos maus-tratos, um flagelo face ao qual nenhum cidadão se pode alhear. ----

--- A segunda efeméride remete-nos, como é natural, para as comemorações do 25 de Abril. Endereço os meus cumprimentos às juntas de freguesia que tomaram a iniciativa de assinalar a data, reconhecendo o empenho daquelas que, de forma dedicada e anual, mantêm viva esta celebração nas nossas comunidades — eventos aos quais me associo com total convicção.-----

--- Concluo a minha intervenção procedendo à leitura de um texto evocativo dos valores de Abril, em sede de Assembleia Municipal que passo a dizer: " *Houve um tempo em que falar era um risco e em que escolher não fazia parte do quotidiano, um tempo em que muitos aprenderam em viver em silêncio, não por falta de pensamento, mas por falta de liberdade. O 25 de Abril nasceu neste contexto, nasceu como uma decisão consciente de romper com esta resignação e de dar às pessoas o direito de escolher, participar e intervir, não foi apenas um momento histórico nem um episódio encerrado no passado, foi uma mudança profunda na organização e no funcionamento do país.* -----

--- *A partir deste dia a liberdade e a democracia passou a ser um espaço em que cada palavra conta onde a divergência é legítima e onde a participação é simultaneamente um direito e um dever.* -----

---*O 25 de abril marcou a passagem de um silêncio imposto para a expressão coletiva, com eles afirmaram-se vários valores essenciais, a dignidade da pessoa humana, a igualdade de oportunidades, a justiça social, a liberdade de expressão e o direito à participação cívica e política, valores que não pertencem apenas à memória, mas que continuam a dar sentido à democracia que hoje vivemos.*-----

--- *Evocar o 25 de abril obriga-nos por isso a olhar também para o presente. Vivemos num tempo em que persistem desigualdades em que muitos sentem distancia em relação às instituições em que a descrença e o afastamento da vida cívica colocam-nos desafios sérios à qualidade da democracia.* -----

--- *Evocar o 25 de abril num espaço como este é reafirmar que a liberdade conquistada trás em si uma responsabilidade permanente, a responsabilidade de cuidar da democracia, de fortalecer a participação cívica e de garantir que a palavra coletiva não volta a ser substituída pela exclusão ou pelo silêncio. Esta responsabilidade manifesta-se também*



*na forma como nos relacionamos enquanto comunidade, no respeito pela diferença, pelo outro, pelas escolhas de cada pessoa na recusa de todas as formas de violência sejam físicas, verbais, simbólicas ou institucionais na defesa intransigente da dignidade humana, mesmo quando a diversidade desafia, incomoda ou exija mais de nós. Num tempo marcado pela crispação, desigualdade, diferença e alheamento, o legado de abril recorda-nos que a democracia não sobrevive à exclusão nem à normalização do afastamento. -----*

*--- A democracia vive do envolvimento, do diálogo, da escuta e da capacidade de reconhecer o outro como parte da mesma comunidade responsável pelo futuro comum. Por isso celebrar o 25 de abril 'não é repetir consensos nem acomodar a memória, é aceitar que a liberdade exige escolha consciente, responsabilidade partilhada e presença ativa. É recusar a indiferença como forma de estar e afirmar todos os dias que a democracia se constrói com respeito com participação e com humanidade porque a maior fidelidade a Abril não está apenas em recordar o que conquistámos, está em garantir que ninguém fique sem voz, que ninguém é empurrado para a margem e que o espaço público continua a ser lugar de palavra livre da dignidade responsabilidade comum para que o silêncio de que forma for não volte a ocupar o lugar da palavra nem o lugar da democracia. -----*

*--- Óbidos 29 de abril de 2026, O Grupo Municipal do Partido Socialista de Óbidos" -----*

*--- A Senhora Deputada Ilda Figueiredo, usando da palavra, disse: "Boa tarde a todas e a todos. Senhor Presidente da Mesa, Dr. Fernando Jorge, cumprimento Vossa Excelência e, em vosso nome, saúdo as Senhoras e Senhores Vereadores, bem como as Senhoras e Senhores Deputados. Cumprimento igualmente o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Engenheiro Filipe Daniel, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, os representantes da comunicação social, os colaboradores autárquicos e o público presente.*

*--- A presente intervenção tem como propósito congratular o Município, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, pela estratégia cultural e de desenvolvimento adotada. Num contexto global instável e inseguro, o executivo municipal mantém uma aposta firme na realização de eventos de relevo, afirmando-se como um território solidário e resiliente, que pugna pelo bem-estar das suas comunidades. Esta visão traduz-se na dinamização da economia local, na promoção de encontros de grande notoriedade e na criação de experiências únicas para públicos diversificados. -----*

*--- O sucesso das recentes iniciativas constitui prova inequívoca desta dinâmica, destacando-se: o Festival Internacional de Chocolate, consolidado como certame de referência no mercado; as celebrações da Semana Santa, reconhecidas como o primeiro cartaz turístico de Óbidos, que preservam a sua essência e espiritualidade profundas, atraindo milhares de visitantes; e o festival Latitudes que, durante quatro dias, transformou conceptualmente a vila num 'aeroporto literário', onde se cruzaram diversas geografias, afirmando-se como um dos encontros literários mais relevantes do país. -----*

*--- Apraz-me ainda registar a realização inédita da Meia-Maratona de Óbidos, iniciativa que vem consolidar o estatuto do concelho na promoção do desporto, da saúde e da qualidade de vida. Por fim, sublinho o impacto do Óbidos Gaming, a decorrer entre os dias 7 e 10 de maio, com entradas gratuitas, apresentando uma nova centralidade junto à Praça da Criatividade. Além de potenciar a indústria dos videojogos e a partilha de experiências com*





criadores que aliam arte e tecnologia, o evento assume este ano um forte compromisso com a educação e a capacitação das novas gerações através do lançamento do jogo *Cities of Tomorrow*, focado na gestão de tráfego e no ordenamento viário. Com uma estética artística e minimalista, este projeto constitui um convite ao diálogo intergeracional, aliando tecnologia e criatividade ao serviço de um caminho sustentável e inclusivo. -----

--- Trata-se de um vasto programa que posiciona, com sucesso, o concelho de Óbidos na vanguarda da cultura digital, sem perder a sua matriz histórica. Muito obrigado.” -----

--- O Senhor Deputado Fábio Antunes, no uso da palavra, disse: “Boa tarde a todas e a todos. Senhor Presidente da Mesa, cumprimento Vossa Excelência e, por vosso intermédio, todos os membros desta Assembleia. Senhor Presidente da Câmara, estendo os meus cumprimentos a Vossa Excelência, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, bem como aos colaboradores autárquicos e ao público presente. ---

--- O propósito desta intervenção é relatar uma situação que, eventualmente, já será do conhecimento do executivo: no decurso do último mês, registaram-se quatro furtos de catalisadores em parques de estacionamento da vila. Mais concretamente, no parque de terra batida situado atrás da Caixa Geral de Depósitos, no espaço do antigo campo de futebol do Óbidos Sport Clube e no parque contíguo ao aqueduto, anteriormente utilizado pelos bombeiros. -----

--- Ciente de que esta não é uma matéria da responsabilidade direta do Município, nem passível de um controlo absoluto por parte da autarquia, pergunto a Vossa Excelência para quando se prevê a instalação do sistema de videovigilância. Conquanto se saiba que a videovigilância não impede, por si só, a atividade delituosa, a verdade é que assume um importante efeito dissuasor e permite a obtenção de elementos de prova céleres, para que os infratores sejam identificados e punidos, reforçando o sentimento de segurança da população. -----

--- Trata-se, fundamentalmente, de aferir se existem desenvolvimentos ou alguma celeridade prevista para este processo. Óbidos caracteriza-se por ser uma vila com uma forte dinâmica cultural, dotada de grande visibilidade e de uma reputação de excelência que importa salvaguardar. Sem prejuízo de reconhecer o cuidado que o Município já dedica à segurança, creio que uma evolução neste dossiê transmitiria um sinal importante de proximidade e proteção aos nossos munícipes. Gostaria, pois, de obter um ponto de situação sobre as medidas passíveis de serem adotadas. Muito obrigado.” -----

--- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Vau Frederico Lopes disse: “Agradeço a palavra, Senhor Presidente. Boa tarde a todos. A presente intervenção tem o propósito de reiterar um convite institucional que creio ser já do conhecimento geral. No dia 1 de maio, iniciamos o nosso primeiro mercadinho na freguesia do Vau. Faço questão de formalizar este convite pessoalmente, estendendo a todos os presentes o desafio de visitarem o certame, que decorrerá entre os dias 1 e 3 de maio. Muito obrigado.” -----

--- O Senhor Deputado Diogo Câmara, no uso da palavra, disse: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, respetivo executivo e Senhores Vereadores, caras e caros Presidentes de Junta, Deputados, comunicação social, caras e caros obidenses. -----

--- Assinalámos, na semana passada, o 25 de Abril. Mas o 25 de Abril não é apenas uma



data: é um compromisso. Um compromisso com a liberdade, com a democracia e com a responsabilidade de estarmos à altura daquilo que conquistámos. Não sou, de facto, um filho do 25 de Abril; sou neto dessa conquista. Significa isto, portanto, que vivo numa liberdade que não conquistei diretamente, mas que me foi transmitida por quem a viveu, com a consciência de que a liberdade é frágil e de que exige, todos os dias, responsabilidade para a respeitar, defender e proteger. Proteger a liberdade de escolha, de participar, de decidir e de construir um caminho. -----

--- Mas a liberdade não vive só nas grandes decisões. Vive no dia a dia, vive no território, vive na proximidade e vive, sobretudo, na força do poder local. Vive na forma como cada freguesia afirma a sua identidade, na liberdade de cada comunidade celebrar o 25 de Abril à sua maneira e na proximidade de quem governa, estando presente e disponível junto das pessoas. Porque é aí que a democracia deixa de estar nas palavras e passa a estar, verdadeiramente, na vida das pessoas. E é também aqui, e por isso, que olhamos para bidos com confiança. -----

--- Temos feito um caminho. Um caminho exigente, com desafios, mas sustentado na confiança das pessoas, expressa livremente, e que nos responsabiliza todos os dias. É importante dizê-lo com clareza: temos sabido corresponder com trabalho, com proximidade, com ambição, mas também com a consciência de que há muito por fazer. E é essa vontade de continuar, de fazer mais e melhor, que nos deve unir. Esse caminho coletivo é feito por quem governa, por quem está no terreno, por quem acompanha, por quem questiona e propõe, e pela oposição — que também constrói, também contribui e também faz parte do futuro de Óbidos. Porque a democracia local constrói-se com respeito, com sentido institucional e, acima de tudo, com responsabilidade partilhada. -----

--- Ser neto do 25 de Abril não é apenas recordar: é assumir um compromisso. Um compromisso de respeitar, valorizar e praticar a liberdade todos os dias. E é por isso que falo também com a consciência de quem representa uma geração que olha para o futuro com exigência. Uma geração que quer participar, que quer decidir e que quer ser parte ativa na construção do nosso território. -----

--- É assim, com responsabilidade, proximidade e ambição, que continuaremos a servir Óbidos. Pela liberdade, por Óbidos e pelos obidenses. Obrigado!" -----

--- O Senhor Deputado José Marques no uso da palavra disse: "Muito obrigado, Senhor Presidente! Na sua pessoa, cumprimento a respetiva Mesa. Cumprimento o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, os Excelentíssimos Senhores Deputados, a comunicação social, o público presente e os funcionários desta grande equipa que apoia, como é normal, todo este trabalho realizado, que merece sempre o nosso apreço. -----

--- Vinha aqui fazer uma pequena reflexão sobre a segurança — uma vertente que tenho, devido à minha formação pessoal, sempre em linha de conta no nosso concelho. O objetivo é ir fazendo pontos de situação, chamando a atenção para aquilo que eventualmente poderá estar a ser realizado e para aquilo que ainda temos de preparar face ao que aí vem. - Nessa perspetiva, lembraria aqui, de alguma maneira, e peço também ao Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro Filipe Daniel, que nos dê uma nota em relação ao que se avizinha. Tivemos um inverno forte e com bastante humidade, o que proporciona um



enorme crescimento de vegetação de toda a ordem nos terrenos agrícolas, nos lotes urbanizáveis e nos limites de terrenos junto a povoações ou urbanizações. -----

--- Naturalmente, é necessário — talvez mais este ano, somando-se ao que aconteceu com os fenómenos de mau tempo, em que muitas árvores foram derrubadas e continuam ainda por recolher dos respetivos locais — que haja uma intervenção forte. Haverá, com certeza, da parte do Município e do seu Serviço Municipal de Proteção Civil, uma ação no sentido de, primeiro, alertar os proprietários particulares para que tenham uma atuação o mais prática possível, mantendo os lotes limpos, com as faixas de gestão de combustível mínimas em condições de segurança, e mandando executar a recolha de lenhas e de árvores caídas. Isso só trará vantagens. -----

--- Já começa a ser tradição — e toda a gente sabe — que temos um calendário que dita a época de incêndios. Se nós não dificultarmos à partida e contarmos com a ajuda de todos pois todos somos agentes de Proteção Civil —, conseguiremos, de certeza, atenuar os efeitos de um eventual incêndio numa área florestal. Esta situação torna-se particularmente perigosa quando ocorre junto a edificações, urbanizações e espaços de acesso com densidade populacional muito maior.” -----

--- Já agora, Senhor Presidente, em relação ao procedimento que tem vindo a ser seguido e acompanhado pelo Município, em que ponto está a renovação de vias e a atualização da sinalética, em termos de pinturas horizontais? Em que ponto é que nós estamos? -----

--- É um facto que, sendo um concelho de grande atratividade para visitantes, devemos, numa primeira fase, garantir as melhores condições a quem nos visita; mas, sobretudo, devemos assegurar a quem cá vive, no seu dia a dia, as melhores condições de circulação nas vias, com segurança, conforto e comodidade. -----

--- Deste modo, pedia que nos fizesse um ponto de situação para irmos acompanhando aquilo que é feito diariamente — muitas vezes de forma discreta, mas efetiva e eficaz —, para que a segurança do nosso concelho, nestes dois aspetos, seja uma realidade. Muito obrigado.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Muito obrigado, Senhor Deputado. Não havendo mais pedidos de palavra e estando esgotadas as inscrições dos senhores deputados, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.” -----

--- Usando a palavra o Senhor Presidente da Câmara disse: “Agradeço as intervenções e as questões formuladas pelas Senhoras e Senhores Deputados, as quais constituem uma oportunidade para partilhar esclarecimentos e pontos de situação relevantes sobre a gestão municipal. -----

--- Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Ana Sousa, cumpre retificar que o concerto coorganizado pelo Município, pela Academia de Música e pela CPCJ tencionou assinalar o Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância. Tratou-se de uma relevante ação de sensibilização artística que convoca toda a cidadania a manter uma postura ativa na proteção de crianças e jovens. -----

--- Adicionalmente, cumpre-me manifestar o mais profundo repúdio institucional perante uma situação deplorável detetada na freguesia do Olho Marinho, da qual fui ontem oficialmente informado pelo Senhor Diretor do Centro Distrital da Segurança Social: a identificação de uma estrutura residencial para idosos (lar) ilegal. -----



--- Lamento veementemente a total ausência de humanismo e de dignidade no tratamento de cidadãos em situação de extrema vulnerabilidade. O Município, através do pelouro da Ação Social, liderado pela Senhora Vereadora Soraia Santos, atuou de imediato, prestando o acompanhamento técnico e logístico permitido pelas autoridades de Segurança Social e judiciais na assistência e realojamento dos utentes afetados.-----

Independentemente da sua origem geográfica, a salvaguarda da integridade humana no nosso território constitui uma prioridade absoluta, da qual este executivo não abdica. -----

--- No que concerne às celebrações do 25 de Abril, cuja efeméride assinala agora o seu 52.º aniversário, o Município reitera o seu profundo respeito pela autonomia das freguesias nas respetivas evocações históricas. Mantemos a política institucional de não sobrepor eventos camarários a estas manifestações cívicas locais, agradecendo os convites dirigidos ao executivo. -----

--- Em resposta à Senhora Deputada Ilda Cruz, agradeço o reconhecimento público do sucesso alcançado nos recentes certames municipais, nomeadamente no Festival Internacional de Chocolate, na Semana Santa e no Latitudes. -----

--- Relativamente ao Óbidos Gaming, a decorrer de 7 a 10 de maio, este consolidará o concelho na vanguarda da cultura digital e da capacitação intergeracional. -----

--- No plano da diplomacia económica, informo o plenário sobre a recente receção institucional à Senhora Embaixadora da República de El Salvador, Rania Ramandani, visando estabelecer eixos de cooperação bilateral nas áreas do turismo, surf, agroindústria e empreendedorismo tecnológico. -----

--- De igual modo, registámos a visita de trabalho do Dr. Nuno Anahory, em representação da Câmara de Comércio Luso-Árabe, decorrente das diligências de captação de investimento estrangeiro promovidas pelo Município na Qatar Travel Market (KTM). -----

--- No que respeita à intervenção do Senhor Deputado Fábio Antunes, cuja intervenção me surpreende pelo desconhecimento manifestado, agradeço ainda assim a oportunidade de partilhar com este órgão um facto de extrema relevância para o concelho: a obtenção da Portaria n.º 223-A/2026/2, ontem notificada ao Município após reiteradas insistências junto do Governo. -----

--- Este diploma legal autoriza a assunção dos encargos plurianuais necessários para a empreitada de requalificação do Posto Territorial da GNR de Óbidos. O montante máximo autorizado foi substancialmente revisto em alta, fixando-se em 2.409.130,13 € (dois milhões, quatrocentos e nove mil, cento e trinta euros e treze cêntimos), o que viabilizará o lançamento do respetivo procedimento concursal, com a dotação financeira devidamente acautelada. -----

--- Relativamente à instalação do sistema de videovigilância, cumpre esclarecer que, embora o Município atue com total celeridade na instrução dos procedimentos que lhe competem, o dossiê aguarda validação técnica por parte do Ministério da Administração Interna (MAI). Mantemos uma diligência semanal junto das entidades competentes, com vista a acelerar a homologação das 34 câmaras projetadas, cujo escopo principal reside no efeito dissuasor da criminalidade nos parques de estacionamento e áreas urbanas periféricas. -----

--- À Junta de Freguesia do Vau, endereço um agradecimento pelo convite formulado para



o respetivo "Mercadinho", certame no qual prevejo marcar presença. -----

--- Relativamente às considerações do Senhor Deputado Diogo Câmara, subscrevo a importância de promover o diálogo intergeracional na valorização das conquistas democráticas de Abril, assegurando que o debate plural e a liberdade de expressão continuem a constituir os pilares do desenvolvimento do nosso território. -----

--- Por fim, em resposta ao Senhor Deputado José Manuel Marques, e no que tange às matérias de Proteção Civil, informo que este executivo tem alertado as instâncias intermunicipais e regionais para o incremento exponencial da carga de combustível florestal, decorrente da elevada pluviosidade invernal e da permanência de sobrantes resultantes de quedas de árvores provocadas por intempéries. -----

--- No ano transato (2025), as intervenções municipais totalizaram 65 hectares de faixas de gestão de combustível executadas. No presente ano, e ao abrigo do regime excecional para concelhos afetados por calamidades meteorológicas, o prazo legal para a limpeza voluntária de terrenos pelos proprietários privados foi estendido até ao dia 30 de junho, data a partir da qual a GNR iniciará ações de fiscalização coerciva. Em estreita articulação com as autoridades, encontram-se já devidamente georreferenciados 88 locais de risco para intervenção prioritária. -----

--- No âmbito das infraestruturas rodoviárias, o plano plurianual de repavimentação, renovação de sinalização horizontal e vertical, colocação de guardas de segurança e reperfilamento de valetas, orçado em 1,5 milhões de euros, regista atualmente uma taxa de execução financeira de 78%. O contrato prevê um prazo de execução limite até 17 de março de 2027. Os serviços técnicos receberam já a respetiva validação para aplicar o saldo remanescente em ações de fresagem e renovação de sinalética horizontal nas vias mais desgastadas. -----

--- Concluo anunciando que se encontra em fase de planeamento um novo e ambicioso procedimento concursal para a regularização da rede viária municipal, com uma dotação prevista de 4,6 milhões de euros, essencial para mitigar os impactos das futuras empreitadas de saneamento e garantir a coesão territorial do concelho. Muito obrigado." ----

--- **PONTO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA ATA N.º 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO 2026:** -----

--- O senhor Presidente da Assembleia disse :“Verificaram-se, na sessão da Assembleia a que a presente Ata diz respeito, as ausências dos seguintes membros: Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, Senhora Deputada Elisabete Rocha, Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Amoreira, José Horta, Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho, Hélder Mesquita, e Senhor Deputado Pedro Maldonado Freitas. -----

--- Pelo exposto, e nos termos do Código do Procedimento Administrativo, os referidos membros encontram-se impossibilitados de exercer o respetivo direito de voto. -----

--- Seguidamente, abro o espaço para intervenções dos Senhores Deputados. Para o efeito, tem a palavra a Senhora Deputada Ana Sousa.” -----

--- Usando a palavra a Senhora Deputada Ana Sousa disse: “Gostaria de deixar duas notas muito breves. Primeiramente, agradeço o acolhimento da sugestão para que a ata passasse a integrar a ordem de trabalhos. Adicionalmente, manifesto o meu agrado pelo empenho





demonstrado pelo Senhor Presidente na redação e na melhoria das atas, cuja evolução é bem visível. Quero, por isso, registar uma nota inteiramente positiva e endereçar os meus agradecimentos. Muito obrigada.” -----

**--- Foi presente a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2026, pelo Senhor Presidente da mesa colocando a mesma a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

**--- Aprovada em minuta por unanimidade.** -----

**--- PONTO QUATRO – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025:** -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,2236, acompanhado da devida documentação. ---

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: "Alguma intervenção por parte dos senhores deputados? Senhora Deputada Ana Sousa, tem a palavra." -----

--- Usando a palavra a Senhora Deputada Ana Sousa disse: “Relativamente ao relatório em apreço, cumpre registar a sua evolução positiva, sendo manifesto o cuidado e o aperfeiçoamento contínuo por parte do seu autor, o que resulta numa melhoria substancial da redação e da fundamentação técnica apresentada ao executivo e a esta Assembleia.--- Não obstante, cumpre apontar uma fragilidade de ordem procedimental: verificando-se a existência de uma Divisão que tutela esta área, constata-se que a respetiva Chefe de Divisão não emitiu pronúncia sobre a conformidade formal e substancial do relatório. Deixo este reparo para que, em futuros procedimentos, a cadeia hierárquica interna do Município seja rigorosamente cumprida. -----

--- No que concerne ao conteúdo substancial do documento, é imperativo analisar as advertências expressas pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) na Certificação Legal de Contas. Sendo o património e o inventário componentes integrantes das contas consolidadas do Município, assume particular gravidade o facto de estas fragilidades não serem inéditas nem conjunturais. -----

--- Persistem limitações associadas ao inventário, à valorização integral do património municipal e aos sistemas de faturação. O relatório de auditoria é explícito ao afirmar que os valores registados não refletem a totalidade dos ativos, comprometendo a fiabilidade dos proveitos inscritos em determinadas rubricas. Tratando-se de montantes de elevada materialidade e relevância, os mesmos condicionam a leitura global da real situação patrimonial do Município. -----

--- O carácter recorrente destas reservas acentua a nossa preocupação, demonstrando que não se trata de uma desconformidade pontual, passível de sanção imediata no exercício seguinte. Relevo, inclusive, que a transição para um novo ROC refuta qualquer hipótese de subjetividade ou vício de análise do auditor anterior, uma vez que diferentes profissionais coincidiram em assinalar as mesmas reservas na Certificação Legal de Contas. -----

--- Face ao exposto, esta circunstância fragiliza a fundamentação para um voto favorável ao inventário, sem prejuízo do estrito reconhecimento do mérito e do esforço do técnico responsável pela elaboração do documento”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Agradeço a intervenção da Senhora



Deputada. Pergunto se existe mais alguma intervenção por parte dos Senhores Deputados sobre este ponto da ordem de trabalhos? Não havendo mais pedidos de palavra, Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra para os devidos esclarecimentos.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse: “Cumpre-me sublinhar que a gestão do inventário municipal constitui um procedimento de elevada complexidade. Sendo o concelho de Óbidos detentor de um vasto património, endereço um público agradecimento ao Dr. Ricardo Capinha, técnico responsável que, de forma exclusiva e com enorme dedicação, assegura a instrução deste dossiê complexo. -----

--- Relativamente às reservas apontadas pelos Revisores Oficiais de Contas (ROCs), cumpre esclarecer a Senhora Deputada de que esta menção assume uma natureza essencialmente prudencial, configurando uma salvaguarda técnica dos próprios auditores face à especificidade do documento em apreço. Esta prática tem sido recorrente em exercícios transatos. Das reuniões de trabalho que este executivo tem mantido presencialmente com os Revisores, decorre o entendimento de que estas reservas operam como um mecanismo de proteção institucional perante a escala e a flutuação de ativos desta natureza. -----

--- Não obstante, subscrevo inteiramente as considerações tecidas quanto à evolução positiva e à melhoria qualitativa do documento, as quais refletem o empenho do colaborador alocado a esta função. É intenção deste executivo reforçar a dotação de capital humano nesta área específica, visando otimizar os procedimentos internos e elevar os padrões de eficiência do serviço público prestado pelo Município.” -----

**--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com vinte votos a favor, e sete abstenções de voto. -----**

**--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----**

**--- PONTO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS: -----**

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,2233, acompanhado da devida documentação.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Alguma intervenção por parte dos senhores deputados? Senhora Deputada Natália Leandro e senhor deputado Hugo Henriques, tem a palavra Senhora Deputada Natália Leandro.” -----

--- No uso da palavra a Senhora Deputada Natália Leandro disse: "Muito boa noite a todos! Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e os restantes membros da mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os meus colegas membros da assembleia municipal, os meios de comunicação social e os colaboradores do município.-----

--- Verificamos que, relativamente à apreciação das contas do Município de Óbidos referentes ao exercício de 2025, estas apresentam um resultado líquido positivo no valor de **508 910 €**, o qual, embora inferior ao do ano transato, não deixa de ser positivo. -----

--- Contudo, devo aqui realçar dois aspetos que estiveram na base da emissão da certificação legal de contas com reservas. -----

--- Contudo, devo aqui realçar dois aspetos que estiveram na base da emissão da



certificação legal de contas com reservas. -----

--- O primeiro diz respeito ao montante das provisões: o Município de Óbidos encontra-se envolvido em vários processos judiciais e inscreveu, no exercício, um valor de provisões com base na avaliação da probabilidade de um desfecho desfavorável. Contudo, o critério aplicado não foi uniforme, não tendo sido reconhecidas provisões no valor estimado de **645 mil euros**, de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Assim, o passivo encontra-se subvalorizado e os resultados líquidos estão sobrevalorizados. -----

--- O segundo ponto relaciona-se — tal como já referimos no ponto anterior — com a valorização dos bens inventariados, nomeadamente os que constam na rubrica de bens de domínio público. Não existe validação que permita assegurar que os valores apresentados nesta rubrica representam a plenitude e a valorização dos bens pertencentes ao Município, pelo que não é possível determinar os efeitos dessa valorização no ativo, no património líquido e nas depreciações do exercício. -----

--- Refiro ainda que não concordo com o que está explanado na página 222 do relatório de gestão, nomeadamente quando se atribui a diminuição do resultado líquido à redução da receita de IMT.-----

--- De facto, comparando com o valor orçamentado para 2025, a receita de IMT pode até ter diminuído; no entanto, foi compensada pela subida de outras receitas e, analisando a demonstração de resultados, verificamos que houve um aumento em todas as rubricas de receita. Concluo, por isso, que a diminuição do resultado líquido não se deve às receitas, mas sim ao aumento das despesas, sendo as mais significativas os gastos com pessoal, o fornecimento de serviços externos (aquisições de bens, trabalhos especializados, honorários, etc.), as transferências e subsídios concedidos e as depreciações. -----

--- Depois, ao analisar o detalhe das receitas, verificamos que as receitas correntes cobradas ascenderam a 25 milhões 779 mil 789 €, com um grau de execução de 104,2%, o que indica que ultrapassaram as previsões orçamentais, e estas receitas correntes representam 68% do total das receitas. As receitas de capital atingiram 892 mil 912 € da receita cobrada, com um grau de execução de 43,8%. Depois, ainda temos as outras receitas, onde está incluído o saldo de gerência anterior, que transita do ano de 2024, que é de 11 milhões 258 mil 102 €. Portanto, o total de receita cobrada líquida é de quase 38 milhões de euros. -----

--- Do lado da despesa, temos as despesas correntes pagas, que totalizam 20 265 513 €, destacando-se a despesa com pessoal, que representa 36,1% do total, e a aquisição de bens e serviços, que corresponde a 51,2%. As despesas de capital pagas ascenderam a 4 382 636 €; assim, o total da despesa paga foi de 24 648 150 €. -----

--- Da diferença entre as receitas líquidas cobradas e as despesas líquidas pagas resulta um saldo positivo, correspondente ao saldo de gerência que transita para o período seguinte, no montante de 13 282 654 €. -----

--- Destaco ainda a evolução da execução orçamental, analisando o respetivo quadro, onde se evidencia que, em 2021, o grau de execução era de 90,9%, tendo vindo a diminuir nos anos seguintes, com exceção de 2023. Em 2025, atingiu apenas 64,8%. -----

--- Do ponto de vista técnico, as contas são positivas e evidenciam equilíbrio financeiro, com a subida de todos os indicadores económico-financeiros, tais como a liquidez geral, a



solvabilidade e a autonomia financeira, bem como a descida do grau de endividamento. ----

--- Daqui resulta uma situação financeira equilibrada, o que naturalmente nos satisfaz. -----

--- Do ponto de vista político, lamento que os excedentes de tesouraria acumulados não tenham sido aplicados em projetos de investimento, na realização de mais obra — sobretudo obras que contribuam para a melhoria das condições de vida dos munícipes. As despesas de investimento representam apenas 17,78% do total das despesas pagas, proporção que consideramos muito aquém do desejável. -----

--- Alerto ainda que, se as receitas diminuïrem no futuro, fruto da incerteza geopolítica mundial que vivemos, e se se mantiverem os atuais níveis de despesa com pessoal e de aquisição de bens e serviços, as contas poderão deixar de apresentar resultados tão favoráveis.”-----

--- O Senhor Deputado Hugo Henriques no uso da palavra disse: "Muito obrigado, Senhor Presidente! Deixe-me, na sua pessoa, cumprimentar os restantes membros da mesa. Senhor Presidente da Câmara, na sua pessoa cumprimento as Excelentíssimas Vereadoras e Vereadores da Câmara; caros colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e público presente, muito boa noite. -----

--- Óbidos continua a afirmar uma gestão financeira sólida e responsável — bases que asseguram confiança no presente e segurança no futuro. A prestação de contas de 2025 do Município de Óbidos confirma uma gestão financeira rigorosa, sustentada e orientada para resultados concretos. -----

--- Começando pela execução orçamental, importa destacar que o Município atingiu uma taxa de execução da receita de 99,7%, com uma cobrança total de cerca de 37,9 milhões de euros. Este valor demonstra um elevado grau de fiabilidade na previsão orçamental e uma capacidade efetiva de arrecadação de receita. -----

--- Um dado particularmente relevante é o saldo orçamental positivo de aproximadamente 11,2 milhões de euros, resultante maioritariamente do saldo de gerência anterior. Este indicador evidencia uma posição financeira confortável e uma margem significativa para investimento futuro. -----

--- Ao nível da despesa, a execução situou-se em 64,8%, refletindo prudência na gestão e capacidade de ajustamento à realidade da execução. A despesa total ascendeu a cerca de 24,6 milhões de euros, sendo que 82% corresponde a despesa corrente — assegurando o funcionamento regular do Município — e cerca de 18% a despesa de capital, evidenciando continuidade no investimento. -----

Na estrutura da receita, verifica-se uma forte dependência dos impostos diretos (cerca de 52%), com destaque para o IMI, IMT e IUC, e da venda de bens e serviços (cerca de 15%), refletindo a dinâmica económica local. Já na despesa, importa referir que os custos com o pessoal representam cerca de 36% da despesa total, um valor equilibrado no contexto da administração local, e que as restantes despesas estão distribuídas de forma coerente com as funções municipais.-----

--- Passando à análise económico-financeira, a demonstração de resultados apresenta um resultado líquido positivo de cerca de 508 mil euros, continuando a confirmar a sustentabilidade da atividade municipal. -----

--- Ao nível do balanço, o Município apresenta um ativo total superior a 107 milhões de



euros e um património líquido próximo dos 98 milhões de euros, evidenciando uma estrutura financeira sólida. -----

--- Nos principais rácios económico-financeiros, destaca-se a liquidez geral, que se situa em 11,13%, muito acima do valor de referência, demonstrando forte capacidade para cumprir obrigações de curto prazo — tendo este rácio duplicado relativamente ao ano transato. A autonomia financeira situa-se em 0,91%, revelando elevada independência face ao financiamento externo, e a solvabilidade atinge 10,26%, confirmando a robustez estrutural. Estes indicadores colocam o Município numa posição de elevada estabilidade financeira, com baixo risco e forte capacidade de resposta a desafios futuros. -----

--- Do ponto de vista das políticas públicas, importa destacar duas linhas de atuação. Primeira: a capacidade de investimento sustentado, visível na execução das Grandes Opções do Plano, com especial incidência em áreas como a educação, ação social, cultura e infraestruturas, demonstrando uma clara orientação para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Segunda: a captação de financiamento externo, nomeadamente através de fundos comunitários, permitindo alavancar o investimento sem pressionar excessivamente os recursos próprios — uma prática essencial de boa gestão pública. -----

--- Ainda assim, há espaço para melhorias. Desde logo, a taxa de execução da despesa (64,8%), apesar de prudente, revela margem para otimizar a capacidade de execução, sobretudo ao nível do investimento. Uma maior concretização dos projetos previstos permitiria acelerar o impacto económico e social no território. -----

--- Por outro lado, a estrutura da receita evidencia uma dependência relevante de impostos diretos que, sendo normal, deve ser acompanhada por uma estratégia de diversificação, reforçando receitas próprias associadas à atividade económica e à valorização do território. Em síntese, estamos perante contas que refletem rigor na previsão e na execução, equilíbrio financeiro, capacidade de investimento e sustentabilidade a médio e longo prazo. Óbidos demonstra que é possível gerir com responsabilidade sem abdicar da ambição. Termina com a ideia central que estas contas transmitem: Óbidos não tem apenas contas certas; tem contas que permitem fazer mais, melhor e com futuro. -----

Muito obrigado, Sr. Presidente.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Agradeço a intervenção do Senhor Deputado. Pergunto se existe mais alguma intervenção sobre este ponto da ordem de trabalhos? Não havendo mais pedidos de palavra, passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse: “Senhor Presidente, muito obrigado. Agradeço, naturalmente, à Senhora e ao Senhor Deputado pelas suas intervenções. Em primeira instância, face aos resultados aqui apresentados hoje, gostaria de pedir um voto de reconhecimento aos técnicos desta autarquia pelo contínuo trabalho bem desempenhado, com base nas orientações políticas deste e do anterior executivo. Olhando para o exercício anterior, é claro que as contas apresentavam um resultado líquido na casa de 1 milhão e 600 mil euros, e hoje apresentamos um resultado de 508 mil euros. Há aqui um aumento efetivo das despesas, muito concentrado na prestação de serviços e nos recursos humanos, refletindo a nossa intenção de melhorar o serviço público prestado à nossa comunidade e a quem nos visita.” -----





--- Acima de tudo, relativamente à observação colocada pela Senhora Deputada Natália Leandro sobre a questão dos Revisores Oficiais de Contas (ROCs), importa esclarecer que, em relação aos processos judiciais mais antigos, dispomos de provisões que acautelam qualquer eventualidade. Já os processos instaurados há menos tempo não carecem, à data, dessa mesma provisão. Portanto, respeitando claramente o fundamento técnico subjacente às tomadas de decisão, estamos confortáveis com as opções políticas e técnicas — ou seja, com a sugestão técnica que depois é devidamente validada no plano político. Deixo esta nota para tranquilizar este órgão relativamente às decisões tomadas pelos executivos. -----

--- Quanto à questão levantada na fase final da sua intervenção, lamentando que os excedentes de receita não se traduzam em projetos que melhorem a qualidade de vida das pessoas, devo dizer que concordo consigo. Nós partilhamos dessa visão, mas não dependemos apenas de nós. Aproveito para dar nota a si e ao plenário de um conjunto de processos em curso que aguardam pareceres de várias entidades externas. Contudo, o nosso compromisso para com a população mantém-se firme para honrarmos a nossa campanha e o caminho que traçámos. -----

--- A conservação de estradas, como referi há pouco, está com 78% de execução financeira, pelo que prevemos concluir este investimento de cerca de 1,5 milhões de euros antes do prazo contratualizado. Temos também uma verba de 20.900 euros para a reabilitação da cobertura da Capela de São Martinho — algo que aguardávamos há muito tempo, dependente do parecer do Património Cultural, I.P. O procedimento de contratação da empreitada já foi submetido na plataforma e o prazo para a entrega de propostas formais termina a 3 de maio de 2026, prevendo-se uma execução de obra a 90 dias. Segue-se a construção do Largo da Sancheira, com um valor previsto de 65.028 euros, cujo procedimento será submetido na plataforma de contratação pública a 30 de abril de 2026.- Passando para outros montantes, temos a requalificação do Complexo Escolar do Alvito (remodelação, impermeabilização de coberturas e pinturas exteriores) por 442.771 euros e um prazo de obra de 123 dias; o procedimento será submetido na plataforma a 7 de maio do corrente ano. A conservação e pintura de imóveis na Vila de Óbidos e Arrabaldes está orçada em 375.300 euros, com prazo de 120 dias; o projeto de execução está concluído e aprovado, seguindo-se a abertura do procedimento de contratação. -----

--- Na área da habitação pública, avançamos com a construção de dois edifícios em A-da-Gorda, num investimento de 1 milhão 277 mil euros e com um prazo de execução de 720 dias. O projeto de execução encontra-se concluído e o gabinete técnico está a proceder à sua validação, etapa necessária para a posterior abertura do concurso público. -----

--- Dou nota também de que adquirimos um terreno junto à estrada para melhorar o acesso ao Jardim de Infância local, cumprindo o compromisso assumido de criar essa ligação. Necessitamos ainda de adquirir dois prédios de menor dimensão para concluir esta intervenção de segurança para pais e crianças, garantindo igualmente o potencial de ampliação futura do Jardim de Infância. -----

--- Adicionalmente, prevemos 365 mil euros para as obras de urbanização do empreendimento de habitação pública, também em A-da-Gorda, cujo projeto já se encontra aprovado, avançando agora para a abertura do procedimento. -----



--- No âmbito da eficiência energética da Comunidade Intermunicipal do Oeste, temos a remodelação do edifício da Piscina Municipal, um investimento de 1 milhão 278 mil euros e 245 dias de prazo de execução. O projeto, como puderam verificar na ordem do dia, aguarda deliberação sobre as plurianualidades, tal como a requalificação do Aqueduto da Usseira (1.º segmento), que representa praticamente 2 milhões de euros de investimento e 480 dias de execução. -----

--- Quanto à ampliação das instalações para o equipamento multisserviços — a Loja de Cidadão —, está previsto um investimento de 3 milhões de euros e um prazo de 18 meses de execução. É muito provável que tenhamos de convocar uma nova Assembleia, dado que o prazo de submissão da candidatura termina entre 24 e 27 de junho. -----

--- Encontramo-nos na fase de conclusão do projeto de execução e, na semana de 4 a 8 de maio, teremos o parecer final da CCDR e o parecer provisório da ART, permitindo-nos avançar para as etapas seguintes. -----

--- Relativamente à iluminação cénica do Castelo de Óbidos — um dos primeiros projetos que solicitei em 2021 —, a morosidade tem sido considerável. Falamos da transição de lâmpadas de vapor de mercúrio para tecnologia LED, que permitirá o uso de várias cores na muralha e reduzirá substancialmente o custo da energia. Quanto ao Posto Territorial da GNR, como referi há pouco, há um novo dado que elevou o investimento para 2,4 milhões de euros. -----

--- Temos ainda a requalificação do espaço exterior do Jardim de Infância do Arelho, pronta para lançamento da empreitada, no valor de 61 293 euros, e a requalificação do espaço público na Praia D'El Rey, num investimento de 51 882 euros. -----

--- A construção das novas instalações sanitárias e balneários de acesso público no antigo campo de futebol do Óbidos Sport Club representa um investimento de 470 513 euros; o projeto de execução está concluído e aguarda verificação técnica.-----A remodelação do antigo Jardim de Infância da Usseira para creche está orçada em 715 mil euros, com um prazo de 360 dias, estando o projeto concluído e em fase de verificação. De forma semelhante, a reconversão da Escola Básica do 1.º Ciclo de A-dos-Negros para creche, no valor de 790 mil euros e com 720 dias de prazo, tem o projeto concluído e aguarda o parecer final da Segurança Social. -----

--- Na mesma localidade, a requalificação de arruamentos está estimada em 1 231 100 euros (360 dias de prazo), com o projeto de execução em curso, tal como a remodelação do Jardim de Infância do Vau (592 280 euros) e a requalificação da Rua Principal do Olho Marinho (1 744 700 euros). -----

--- Na Rua Municipal do Bairro dos Arcos, planeamos a construção de seis edifícios unifamiliares para habitação pública, num valor de 800 mil euros, atualmente em fase de estudo prévio. -----

--- A reabilitação de frações de prédios habitacionais por lotes na Vila de Óbidos e Arrabalde (9 fogos) totaliza 1 018 789 euros; o anteprojeto está concluído e aguarda a elaboração do projeto de execução. -----

--- Para finalizar a área da habitação, a requalificação do Lote 2 do programa 1.º Direito, em A-da-Gorda (133 449 euros), tem o estudo prévio concluído, aguardando validação técnica. O mesmo sucede com os seis fogos na Amoreira, num investimento de 391 500



euros. -----

--- Está igualmente em curso o anteprojecto para as obras de urbanização da área de estacionamento Óbidos Nascente (antigo campo de futebol). -----

Informo ainda que, na Rua do Ginásio, o projecto caducou pela terceira vez e será agora adjudicado ao quarto concorrente. -----

--- No que respeita às infraestruturas de águas, a conduta da Sancheira será enviada para parecer da Infraestruturas de Portugal (IP), e a conduta do Bairro da Senhora da Luz/Avarela, da responsabilidade da EPAL, pretendemos que seja executada até à rotunda do novo viaduto, aguardando essa validação. -----

--- Todos estes valores totalizam um investimento superior a 20 milhões de euros. Peço desculpa por me ter alongado, mas considero fundamental esclarecer o ponto de situação de cada dossier. Como perceberam, o facto de termos um gabinete técnico subdimensionado para as nossas necessidades faz com que vários projectos aguardem validação para podermos lançar as empreitadas. Estamos a trabalhar no reforço do capital humano e não pouparemos esforços nessa área, pois para nós isto não é uma despesa, mas sim um investimento no território. -----

--- Para terminar, dou nota de que fomos informados pela CIM Oeste de que a CCDR, por diretrizes do Governo e de Bruxelas, solicitou novas reprogramações dos investimentos estratégicos definidos há quatro anos. A nossa intenção inicial é não alterar nada, uma vez que estas reprogramações se focam na habitação e na água, áreas onde, como viram, já dispomos de projectos com maturidade regulamentar para avançar sem descapitalizar o Município, garantindo financiamentos na ordem dos 85%. -----

--- O nosso foco tem sido assegurar a maturidade dos projectos e captar fundos comunitários. Neste momento, a autarquia não tem qualquer dívida a médio e longo prazo. Reduzimos e liquidámos os empréstimos em curso, incluindo o contraído em 2012, que foi integralmente liquidado em maio de 2025. Recuperámos valores significativos em matéria de juros e dispomos de todas as condições financeiras para executar este plano de obras de grande dimensão. -----

--- Resta-nos esperar que os empreiteiros concorram aos concursos públicos, para que as obras possam, efetivamente, avançar. Muito obrigado.” -----

**--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com dezoito votos a favor, e nove abstenções de voto. -----**

**--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----**

**--- PONTO SEIS - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS, BEM COMO A AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS, RELATIVAMENTE A CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E O CENTRO SOCIAL E CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE OLHO MARINHO, TENDO EM VISTA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS (ERPI) NA FREGUESIA DE OLHO MARINHO: -----**

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de



Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,1828, acompanhado da devida documentação. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra disse: “Passamos ao debate do presente ponto da ordem de trabalhos. Há algum pedido de intervenção por parte dos Senhores Deputados? Não havendo mais inscrições, Senhora Deputada Ana Sousa, tem a palavra. -----

--- No uso da palavra a Senhora Deputada Ana Sousa disse: “Eu estava à espera que este assunto tivesse sido inscrito de forma mais clara. Naturalmente, essa responsabilidade provavelmente não é do Senhor Presidente da Assembleia, mas repare: o assunto é trazido aqui e nós, para percebermos o valor que nos está a ser pedido, temos de andar à procura no protocolo. -----

--- Por isso, penso que a Câmara, quando pede — de acordo com a lei — que a Assembleia se pronuncie e faça determinada autorização, deve instruir devidamente os processos. Não me parece cordial, volto a dizer, que andemos aqui à procura de respostas para perguntas básicas: afinal, qual é o valor dos compromissos? Por quantos anos? Como é que funciona? Acho que essa informação tem de vir de forma clara e inequívoca da parte da Câmara. -----

--- Esta é a primeira nota que deixo, nomeadamente à Senhora Vereadora que tutela esta matéria, que deve pugnar para que estes processos venham devidamente instruídos, naquilo que lhe diz respeito, para que nós os possamos analisar. -----

--- Depois, naquilo que consegui decifrar ao procurar nos documentos, parece-me que o que nos está a ser solicitado é uma autorização para a assunção de compromissos plurianuais no valor de 250 mil euros por quatro anos. Pergunto se é isto. -----

--- Quanto à obra em si — bem sei que é uma questão colateral — seria, contudo, de bom tom informar a Assembleia sobre o valor global da obra: se tem financiamento por outra entidade, qual é essa entidade, qual o montante envolvido e o que justificou a definição deste valor específico para a Câmara apoiar. -----

--- Não há, de facto, qualquer informação de suporte que acompanhe o processo, o que faria todo o sentido. Em todo o caso, a tónica aqui é mesmo a deficiente informação que nos chega. Nós não sabemos o que nos está a ser pedido se não andarmos a manusear e a revirar esta matéria Portanto, fica o registo.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, disse: “Cumpr-me esclarecer que a inclusão desta matéria na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal decorre, estritamente, do seu horizonte temporal de quatro anos. Conforme é do conhecimento deste plenário, as competências delegadas no Senhor Presidente da Câmara para a assunção de encargos plurianuais estão limitadas ao montante máximo de 500 mil euros e a um período que não exceda três anos. -----

--- Atendendo a que a presente proposta prevê uma vigência de quatro anos — fixando-se em 250 mil euros anuais, num encargo global de 1 milhão de euros —, o processo carece, obrigatoriamente, da autorização deste órgão deliberativo. Caso o prazo estipulado fosse inferior ao limite dos três anos, a matéria estaria contida na competência explícita e direta do Senhor Presidente da Câmara.” -----

--- Não havendo mais inscrições na Mesa, dou a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Ribeiro.” -----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro disse: “Agradeço a palavra,



Senhor Presidente. Relativamente à proposta em apreço, que consubstancia o protocolo de colaboração entre o Município de Óbidos e o Centro Social do Olho Marinho, cumpre-me sublinhar que — para lá do seu estrito enquadramento administrativo e financeiro — o mérito desta iniciativa reside na sua dimensão política e social. A relevância deste protocolo, focado na ampliação da rede de apoio residencial para a população idosa, reflete uma clara prioridade estratégica deste executivo. -----

--- Através desta parceria institucional com a instituição do Olho Marinho, visa-se adequar a oferta pública às prementes necessidades sociais do nosso território, merecendo este desígnio o total apoio e valorização da bancada do PSD. Concluo reiterando que, acima de qualquer formalismo burocrático, a eficácia governativa demonstra-se através de políticas de proximidade direcionadas para o bem-estar e dignidade dos cidadãos. Muito obrigado.

--- A Senhora Deputada Ana Sousa no uso da palavra disse: “É justamente por essa relevância que a matéria tem que importava que ela viesse bem esplanada à Assembleia. E subscrevemos exatamente as mesmas palavras; portanto, isso não nos distingue, antes pelo contrário, torna-nos mais próximos. Mas é exatamente por ela ser relevante — e por esta área social ter toda a importância para nós — que faria todo o sentido que a proposta tivesse vindo de uma forma mais composta, mais robusta, e não se resumisse apenas à tramitação da obrigação financeira entre as partes. Obrigado.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse: “Agradeço as intervenções de todos os Senhores Deputados. Cumpre-me esclarecer os valores em causa: o preço-base que foi efetivamente contratualizado com a empresa que venceu o concurso para esta empreitada fixa-se nos 2 milhões 680 mil euros. A instituição já dispunha de um apoio financeiro através do programa PARES, no valor de 1 milhão 200 mil euros. O executivo municipal havia-se comprometido a apoiar esta instituição do Olho Marinho e, no futuro, a das Gaeiras, com um investimento de 1 milhão de euros . -----

--- Conforme referiu o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, a relevância desta deliberação transcende a sua componente burocrática, inserindo-se numa estratégia política de coesão e competitividade territorial. A atratividade do concelho de Óbidos e a fixação de novos residentes dependem diretamente da nossa capacidade de oferecer respostas integradas nos eixos social, educativo, desportivo e cultural. -----

--- Graças à viabilização desta empreitada de aproximadamente 2,7 milhões de euros, o concelho passará a dispor de uma nova estrutura residencial com capacidade para 39 camas ao serviço dos cidadãos. Este investimento materializa um compromisso assumido perante o eleitorado, reiterando que o bem-estar e as necessidades prementes da nossa população constituem o vetor fundamental de todas as decisões políticas deste executivo municipal. Muito obrigado.” -----

***--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----***

***--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----***

**--- PONTO SETE – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS, BEM COMO A AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS, RELATIVAMENTE A CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O**



**MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A AHBVO – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS DEO CONCELHO DE ÓBIDOS:** -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,1957, acompanhado da devida documentação.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra disse: “Passamos ao debate do presente ponto da ordem de trabalhos. Há algum pedido de intervenção por parte dos Senhores Deputados? Não havendo mais inscrições, Senhora Deputada Ana Sousa, tem a palavra.” -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa no uso da palavra disse: “A minha chamada de atenção é exatamente na mesma proporção da que fiz há pouco. Aqui estamos a falar também de compromissos plurianuais e, para percebermos do que se trata, temos de andar a folhear mais uma vez o protocolo, quando essa informação, do nosso ponto de vista, deveria constar logo à cabeça, para sabermos de imediato e com toda a certeza o que estamos a discutir.”-----

--- De qualquer modo, olhando para o protocolo, há aqui a Cláusula 3.<sup>a</sup> que, enfim, isto já passou pelo crivo da Câmara e não é sobre essa matéria concretamente que fomos chamados a deliberar, mas não posso deixar de chamar a atenção para o facto. Parece-me que a Câmara se excedeu nas obrigações que determina ao segundo outorgante por via deste protocolo. Creio que são matérias que não cabe à Câmara Municipal determinar, mas sim a um Ministério do Governo e não ao município. -----

--- Mas pronto, se os Bombeiros concordaram, não serei eu a opor-me ou a dizer que a cláusula é excessiva. Agora, se o rigor com que esta Cláusula 3.<sup>a</sup> foi redigida fosse importado para outros contratos celebrados pela Câmara Municipal, gostaria muito de ver, depois, o resultado final desses contratos. Obrigado.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Agradeço a intervenção da Senhora Deputada. Seguidamente, Senhor Presidente da Junta de A-dos-Negros Ricardo Carreira, tem a palavra.” -----

--- O Senhor Presidente da Junta de A-dos-Negros Ricardo Carreira no uso da palavra disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente! Os nossos bombeiros estão sempre ao nosso serviço e, muito provavelmente, muitos de nós somos sócios da instituição. Ainda ontem, a Junta de Freguesia de A-dos-Negros teve a oportunidade de reunir com a Direção e com o Comandante, porque a própria freguesia pretende também ser parceira desta Associação que nos serve — da mesma forma que o Município, nas respetivas dimensões, já o é. Deixo, aliás, uma primeira nota positiva para o reforço financeiro da transferência que é feita ao abrigo deste protocolo do Município para a Associação Humanitária. -----

--- A questão concreta que queria colocar prende-se com o seguinte: apesar de compreender os constrangimentos relacionados com a conclusão do mandato autárquico em 2029, e sabendo que a Cláusula 2.<sup>a</sup> prevê a forma como as transferências são processadas a cada ano, pergunto se não haveria forma de ajustar o modelo. Admite-se que os últimos meses de 2029 possam não ter cabimento orçamental devido ao início de um novo mandato autárquico. A minha pergunta é, então, se não seria possível determinar outra modalidade de transferências para garantir que o valor de 400 mil euros fosse integralmente repetido também no ano de 2029. Muito obrigado.” -----



--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Agradeço a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de A-dos-Negros. Seguidamente, dou a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Ribeiro.” -----

--- No uso da palavra o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia Municipal. A proposta que estamos a analisar tem para nós uma relevância muito clara para o concelho de Óbidos, porque está diretamente ligada a uma área absolutamente essencial da vida coletiva e da segurança das populações: a proteção civil e a capacidade de resposta em situações de emergência. A celebração do protocolo de colaboração entre o Município de Óbidos e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Óbidos traduz o reconhecimento do papel insubstituível que esta associação desempenha no apoio diário à nossa comunidade. -----

--- É claro que, por vezes, estas questões podem transparecer como um conjunto de banalidades. No entanto, os protocolos que vamos apreciar e votar no decorrer desta Assembleia Municipal devem ser reconhecidos e valorizados. Independentemente de nos parecerem algo banal e corriqueiro, na nossa opinião, devem ser precisamente destacados pela importância que representam. Portanto, ao aprovarmos a autorização da assunção do compromisso e a repartição de encargos plurianuais, estamos também a criar condições de estabilidade e previsibilidade para que esta Associação possa planear melhor a sua atividade e garantir a continuidade dos serviços que presta. -----

--- Esta não é apenas uma decisão financeira; é também uma decisão de responsabilidade política e de boa gestão, porque permite enquadrar de forma séria e transparente o apoio municipal dirigido a uma estrutura fundamental para o nosso concelho. Importa sublinhar que os Bombeiros Voluntários de Óbidos asseguram, ao longo de todo o ano, funções de socorro, emergência, proteção de pessoas e bens e resposta a situações críticas, o que torna evidente a necessidade de um apoio estável e devidamente planeado. Num território como o nosso, com uma população dispersa e com exigências fortes em matéria de prontidão operacional, esta parceria entre o Município e a Associação assume uma importância ainda maior. -----

--- Portanto, a aprovação desta proposta significa mais do que autorizar uma despesa plurianual: significa reforçar uma instituição com quase um século ao serviço da população, assegurar melhores condições de funcionamento e reconhecer, com sentido de justiça, o valor do trabalho que os nossos bombeiros desenvolvem diariamente em benefício de todos. Neste sentido, entendemos que esta proposta deve merecer o voto favorável, porque representa um investimento no interesse público, na segurança coletiva e na capacidade de resposta do concelho de Óbidos perante as exigências do presente e do futuro. Muito obrigado.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra disse: “Agradeço a intervenção do Senhor Deputado. Antes de conceder a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, cumpre-me reiterar o esclarecimento jurídico adiantado no ponto anterior da ordem de trabalhos. A dotação financeira a cabimentar em cada um dos exercícios económicos não ultrapassa o limite de 500 mil euros anuais. Consequentemente, caso o horizonte temporal do protocolo fosse igual ou inferior a três anos, a matéria estaria legalmente dispensada de submissão a este órgão deliberativo”. -----



Relembro mais uma vez que a delegação de competências aprovada por esta Assembleia no Senhor Presidente da Câmara estipula o teto máximo de 500 mil euros por ano para a assunção de encargos plurianuais. Significa isto que o executivo disporia de competência própria e direta para outorgar o presente protocolo; todavia, por força de o compromisso se estender por um período de quatro anos, carece a proposta, imperativamente, da respetiva autorização da Assembleia Municipal. -----

--- Passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.” -----

--- Usando a palavra o Senhor Presidente da Câmara disse: “Agradeço a palavra, Senhor Presidente da Mesa. -----

--- Cumpre-me, em primeiro lugar, expressar o meu reconhecimento pelas três intervenções proferidas, as quais convergem na valorização daqueles que servem o nosso concelho, tantas vezes com recursos limitados. A deliberação em apreço transcende a mera transferência financeira; consubstancia a assunção de um compromisso institucional, o reconhecimento de um percurso histórico e a salvaguarda da estabilidade e previsibilidade indispensáveis à gestão diretiva daquela Associação Humanitária. -----

--- O objetivo primordial é o reflexo direto na melhoria da operacionalidade e da qualidade do serviço prestado pelos bombeiros que, em regime profissional ou voluntário, asseguram a proteção e o socorro de pessoas e bens no nosso território. Manifesto o meu profundo agradecimento ao corpo de bombeiros e reitero a total disponibilidade do executivo para continuar a apoiar esta instituição, em consonância com a política de apoio ao tecido associativo que temos implementado. -----

--- No que concerne à pertinente observação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de A-dos-Negros — matéria que, sublinhe-se, já foi objeto de análise em sede de reunião de Câmara — importa clarificar a estratégia do executivo. Atendendo a que, à data corrente, o faseamento financeiro subsequente ao termo do mandato autárquico de 2025–2029 carece de cabimentação na sua totalidade, informo que o Município salvaguardará esta transição mediante a celebração de uma adenda ao presente protocolo. -----

--- Este instrumento jurídico-financeiro garantirá que, no período de transição institucional em 2029, fiquem formalmente assegurados e normalizados os fluxos financeiros e os valores históricos estipulados. Entendi por bem partilhar este esclarecimento técnico com este órgão fiscalizador, prestando a devida informação de forma transparente. Muito obrigado.” -----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.*** -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----

--- **PONTO OITO – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS AO ABRIGO DO PREVISTO NA ALÍNEA C), DO N.º 1 E N.º 3 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – LCPA, NA SUA ATUAL REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO, ASSIM COMO AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, CONFORME LEGISLAÇÃO ATUAL, RELATIVO AO PROCEDIMENTO PARA A REABILITAÇÃO DO AQUEDUTO DA USSEIRA (SEGMENTO 1):** -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de



Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,2274, acompanhado da devida documentação.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra disse: “Passamos ao debate do presente ponto da ordem de trabalhos. Há algum pedido de intervenção por parte dos Senhores Deputados? Senhora Deputada Ana Sousa, tem a palavra.” -----

--- No uso da palavra a Senhora deputada Ana Sousa disse: “Bom, sem discutir a importância da obra — que é evidentemente necessária, a requalificação do Aqueduto —, este assunto já vem do executivo anterior. No mandato passado, esta matéria foi apreciada em reunião de Câmara, chegou a ser inscrita numa Assembleia Municipal e, posteriormente, foi retirada. Estamos agora aqui com o assunto novamente, mas a forma como a documentação nos chega volta a levantar-me uma série de problemas. -----

--- Lamento ter de o dizer, mas o assunto não está claro. Pergunto, concretamente: qual é o valor exato deste compromisso plurianual? Qual é a sua repartição? A esse montante acresce IVA? E de onde é que ele decorre? Consoante as respostas que obtiver face à informação que aqui tenho, verei se manterei ou não as minhas dúvidas.-----

--- Agora dirijo-me ao Senhor Presidente da Câmara: desculpe, mas e-mails do tipo "folha de couve", para não lhes chamar outra coisa, não são documentos para enviar a uma Assembleia Municipal sem mais explicações. Nós temos de andar sempre aqui a fazer ginástica mental. Eu sei que nós somos inteligentes, mas quer dizer, acho que a Câmara se deve dirigir à Assembleia com a devida formalidade, para que este órgão se possa pronunciar dentro das suas estritas competências.-----

--- Além disso, pergunto se o Senhor Presidente da Câmara tem competência legal para aprovar este projeto de execução. É que, se o Senhor não tem essa competência nos termos da lei, está a pedir-nos para autorizar algo que ainda não foi aprovado pelo órgão competente. Portanto, agradecia que me esclarecesse, por favor, sobre essa matéria, e que clarificasse quais são os valores que de facto está a solicitar à Assembleia Municipal que autorize para o compromisso plurianual, e se os mesmos incluem ou não o IVA, porque nem isso se consegue perceber na documentação apresentada.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra disse: “Seguidamente, dou a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Ribeiro.” -----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro no uso da palavra disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia Municipal! Eu vou ter de me repetir: enquanto eleito neste mandato para este órgão, as minhas intervenções e as intervenções da minha bancada incidirão sempre numa lógica e numa perspetiva estritamente políticas. A nosso entender, esta proposta deve ser vista, antes de mais e ao contrário daquilo que o Partido Socialista aqui veio fazer, dando luz à importância da obra. É aí que vamos focar a nossa intervenção: na obra em causa.-----

--- O essencial deste ponto é perceber que a reabilitação do Aqueduto da Usseira corresponde a uma intervenção de elevado valor patrimonial, histórico e simbólico para o concelho de Óbidos. Estamos perante um dos elementos mais marcantes da nossa paisagem cultural e da nossa memória histórica. O Aqueduto da Usseira não é apenas uma infraestrutura antiga; é um testemunho da identidade de Óbidos, da sua evolução ao longo dos séculos e da nossa capacidade de preservar um legado que continua a marcar o território e a imagem do nosso concelho. -----



--- A sua relevância resulta não só da antiguidade e da dimensão da obra, mas também da função que desempenhou. Durante séculos, o Aqueduto assegurou o abastecimento de água à vila de Óbidos, sendo, por isso, uma estrutura profundamente ligada à história urbana, à organização do território e ao quotidiano das populações. -----

--- Por isso, reabilitar o Aqueduto da Usseira é, acima de tudo, um ato de valorização do património cultural. É proteger um bem classificado, preservar a autenticidade da paisagem histórica e afirmar que o desenvolvimento do concelho não se pode separar da defesa dos seus elementos identitários mais relevantes. Importa também reconhecer que esta intervenção tem um alcance que vai muito além da mera conservação material do monumento. A recuperação do Aqueduto reforça a atratividade cultural e turística de Óbidos, requalifica o espaço envolvente e contribui para integrar o património numa estratégia coerente de fruição e visitação. -----

--- Deste modo, os aspetos financeiros e procedimentais, sendo naturalmente indispensáveis, não devem ocupar o centro da nossa apreciação política. Eles são o meio; a prioridade é a obra, o valor do monumento e a responsabilidade de garantir a sua transmissão às gerações futuras em condições de dignidade, preservação e valorização.

--- Ao aprovar esta proposta, a Assembleia Municipal está, sobretudo, a afirmar uma escolha clara: a de colocar o património cultural no centro das prioridades do concelho. Estará a fazê-lo através de uma intervenção que honra a história de Óbidos, protege um dos seus mais importantes marcos patrimoniais e reforça a identidade do território. Esta proposta, portanto, merece o nosso total apoio, pois transcende meras autorizações administrativas ou financeiras. Visa, sim, concretizar uma obra essencial e estruturante. --- Muito obrigado." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra disse: "Seguidamente, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara." -----

--- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse: "Muito obrigado, Senhor Presidente! Agradeço as questões colocadas. Quero dizer-vos que este património é o grande responsável por eu me ter sentado nesta cadeira com esta responsabilidade e com esta missão, ainda no mandato anterior. Naturalmente, quero sair das funções que hoje ocupo com esta obra executada — pelo menos esta e mais algumas que motivaram a minha vinda e a minha disponibilidade para a causa pública e para o serviço público. Até porque, não sendo eu ainda muito velho, cansava-me ver falar sucessivamente do Aqueduto, da Cidade Romana e de outros patrimónios que, efetivamente, iam ficando para trás.-----

--- Respondendo à Senhora Deputada Ana Sousa: nós poderemos passar a incluir um resumo ou uma tabela síntese em relação aos documentos, não há problema absolutamente nenhum nisso. Contudo, dentro da necessária formalidade, definir um documento institucional desta natureza como uma "folha de couve" também não me parece um termo muito adequado para a Senhora Deputada utilizar. -----

--- Por outro lado, eu não sei que documentos vos foram formalmente entregues, mas aquilo que eu tenho aqui comigo, no documento oficial, diz-me que o preço-base foi fixado no valor de 1 milhão 951 mil 910 euros e 95 cêntimos — e estou a citar. E diz depois por extenso, logo em frente, que é um "valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor". Na página seguinte, estima-se a seguinte repartição de encargos plurianuais: ano de 2026, zero euros;





ano de 2027, 1 milhão 463 mil 933 euros e 16 cêntimos; e ano de 2028, 487 mil 977 euros e 79 cêntimos. Isto totaliza o valor global que referi e ao qual, com certeza, acrescerá o valor do IVA. Sinceramente, não percebo onde está a dúvida, pelo menos no documento que aqui tenho em mãos.” -----

--- No uso da palavra a Senhora Deputada Ana Sousa disse: “Então vamos lá ver se nos orientamos no sentido daquilo que estou a dizer. O Senhor Presidente tem uma informação que levou a reunião de Câmara, que está datada de 2 de abril de 2026, na qual colocou um despacho datado de 14 de julho. O que aí se diz é que, ao preço-base que aqui está e que acabou de referir — de 1 milhão 951 mil 910 euros e 95 cêntimos, ao qual acresce o IVA —, deve-se prever, com a prerrogativa que existe na contratação pública, um aumento de 20% neste montante. É exatamente por isso que surgem as dúvidas. -----

--- E a seguir há um e-mail — e por isso é que eu utilizei a expressão “folha de couve” —, que aparentemente foi enviado para o seu Gabinete e que vem depois anexo para nós, emitido pelo Gabinete Jurídico, a fazer um incremento e a apresentar um quadro com o aumento de 20%, o que dá valores completamente diferentes. Por isso, a minha pergunta é legítima: qual é o valor exato que a Câmara Municipal está a pedir à Assembleia Municipal para autorizar? -----

--- É que o cabimento que foi presente à reunião de Câmara e disponibilizado aos vereadores, de acordo com aquilo que as minhas contas dão, parece ter sido feito com base na soma desse aumento de 20%. Eu preciso é de esclarecer isto. O que lhe estou a dizer é que não consigo perceber se o valor que nos está a pedir para autorizar é o que decorre da informação inicial que levou à reunião de Câmara — que era o que deveria ser, porque foi isso que o executivo deliberou —, ou se é esse valor inicial acrescido dos 20% constantes do e-mail do Gabinete Jurídico.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse: “Sim! Está aqui na tabela da página seguinte com os 20% em estrita conformidade com o disposto no n.º 6 do Artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.” -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa interveio e disse: “Senhor Presidente, e não acha que seria normal que isso viesse numa informação condensada, a dizer expressamente “retifica-se a informação e os valores a submeter a apreciação”? É precisamente esse o meu ponto sobre a falta de formalidade.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse: “Senhora Deputada, isto até está numa tabela perfeitamente esquematizada.” -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa tomou de novo a palavra e disse: “Esse valor com o aumento não foi a Reunião de Câmara; portanto, os senhores vereadores desconhecem-no. E, que eu saiba, os assuntos só vêm à Assembleia Municipal depois de validados e aprovados em Reunião de Câmara, porque é assim que mandam as regras. Não pode vir nada diretamente para este plenário — nem do executivo em permanência, nem dos serviços técnicos — sem passar previamente por deliberação em sede de Reunião de Câmara. -----

--- Assim sendo, este documento anexo não passou pelo executivo colegial e não é do conhecimento dos vereadores da oposição. Ou melhor, só passa a ser agora, nesta fase de Assembleia Municipal, em que eu sou obrigada a adivinhar e a interpretar, por força



desse quadro, que esses 20% são para acrescer ao valor-base e que a totalidade do compromisso é essa. Nós temos de andar aqui a adivinhar porque, para vocês, tudo é evidente, e parece que não é desejável que a informação nos chegue de forma correta e transparente.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse: “Não tem de adivinhar absolutamente nada, Senhora Deputada, porque a informação está toda aqui!” -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa tomou a palavra e disse: “Não, Senhor Presidente, não está! O que aí está é um e-mail de um jurista para o seu Gabinete que foi ali anexado, e eu tenho de depreender que é para juntar ao processo porque conheço a sua argumentação e o seu despacho. Portanto, eu sou obrigada a fazer um raciocínio lógico para lá chegar, quando aquilo que deve ser submetido à Assembleia Municipal não é um exercício de dedução; tem de ser claro e inequívoco sobre o que estão, de facto, a pedir a este órgão.

--- Eu só vejo matérias relacionadas com este formato neste executivo. Olhe que eu já consultei e preparei muitas agendas desta natureza e nunca vi nada assim. De facto, vocês detêm a maioria há demasiado tempo para que este tipo de situações continue a acontecer — e não o digo pela questão democrática, mas sim pela questão dos procedimentos administrativos. — Além disso, devo dizer-lhe que ainda não me respondeu — reconheço que também não lhe dei tempo para isso — à questão sobre a aprovação do projeto de execução. E importa antecipar o seguinte: as regras formais e os procedimentos não foram inventados por mim, foram estabelecidos na lei. O desrespeito por muitas destas normas tem consequências graves, entre as quais a perda de mandato e pesadas responsabilidades financeiras. -----

--- Portanto, se o executivo considera que, quando exigimos clareza e transparência, o fazemos apenas para vos confrontar politicamente, desenganem-se. Nós não precisamos desse confronto. Já assumi aqui, logo na minha primeira intervenção, que não estava em discussão a importância e a premência da obra. Se fosse uma mera questão de opção política, seria por aí que eu debateria. -----

--- Agora, o que nós exigimos quando fazemos estas referências não é o ponto e a vírgula; é a legalidade das decisões, o apuramento das responsabilidades financeiras e o estrito cumprimento da lei, que é tão importante como tomar boas opções políticas. Muito obrigada.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse: “A Senhora Deputada é que fala constantemente no ponto e na vírgula; a mim nunca me ouviu falar nesses termos. Portanto, ficará com essa mágoa para sempre consigo. E também lhe digo: não é por ter trabalhado muitos anos nessa área que deixou saudades por onde passou, relativamente à forma como preparava as reuniões. Fica, portanto, dada esta nota.” -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa interveio sem microfone e disse “Isto é baixo e de falta de nível e eu não lhe admito. Se quer apreciar -me politicamente, aprecie a minha prestação aqui, as minhas capacidades técnicas fora daqui o senhor não tem o direito de o fazer.” ---

--- O Senhor Presidente da Câmara disse” O que é baixo é a Senhora Deputada estar a interromper-me constantemente quando eu não o faço relativamente à sua pessoa, isso é que é baixo”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia interveio e disse: “Senhora Deputada, vamos



passar para aquilo que é essencial, que é a discussão do ponto da ordem do dia. Dou por encerrada, portanto, esta questão. Relembro que estamos numa Assembleia Municipal e não num debate televisivo ou pessoal. Senhora Deputada, já entendemos a sua posição. Passemos agora para aquilo que é essencial e fundamental: a discussão do ponto da ordem do dia. -----

--- Sobre a matéria em causa, posso dizer-lhe, Senhora Deputada, que eu leio os documentos todos e não tive qualquer dificuldade de interpretação. Se o despacho diz expressamente que acresce o valor de 20% ao montante de 1 milhão 951 mil euros, para mim é claro. Mas pronto! Vamos passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para darmos por concluído este ponto, deixando para trás essas interpretações e reparos pessoais. Senhor Presidente, tem a palavra.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse: “ Aquilo que queria concluir é que, em relação à questão da competência para a aprovação do projeto, de facto o Presidente tem competência própria para o deliberar face ao seu valor. Outra coisa diferente é o valor global da empreitada. É precisamente por isso que este processo vem a este órgão: para a autorização das plurianualidades, uma vez que o Presidente não tem competência legal para autorizar o valor total da empreitada. -----

--- Assim, tem de vir primeiro aqui para a aprovação dos encargos plurianuais e, posteriormente, o projeto será levado à Reunião de Câmara para a devida apreciação e adjudicação. Portanto, para determinar as plurianualidades, o processo tem de vir primeiro — ou pode vir em primeiro lugar — a este órgão deliberativo.” -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa pediu a palavra disse: “Portanto, o Senhor Presidente declarou que tem competência para aprovar este projeto de execução, é isso? Gostava que ficasse gravado, pois um aceno de cabeça não fica registado em ata nem me diz nada. É precisamente esta pergunta que eu quero fazer: o Senhor Presidente da Câmara aprovou este projeto porque tem competência própria para o fazer? É essa a sua declaração formal?” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse: “ Está perfeitamente dentro dos valores da competência do Presidente.” -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa no uso da palavra disse: “Muito bem! Está gravado, não está? Ótimo!” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra disse: “Todas as intervenções dos membros deste órgão deliberativo são integralmente registadas, não existe qualquer hipótese de omissão ou censura fonográfica. -----

--- Mais esclareço que o atual modelo de elaboração das atas garante a transcrição literal, rigorosa e *ipsis verbis* de todas as declarações proferidas em plenário, integrando os elementos gramaticais e de pontuação necessários à fiel reprodução do debate, o que dispensa o recurso a registos televisivos. -----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com vinte votos a favor, seis votos contra e uma abstenção de voto.*** -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----

--- **PONTO NOVE - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO**



**PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS AO ABRIGO DO PREVISTO NA ALÍNEA C), DO N.º 1 E N.º 3 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – LCPA, NA SUA ATUAL REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO, ASSIM COMO AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, CONFORME LEGISLAÇÃO ATUAL, RELATIVO AO PROCEDIMENTO PARA REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DA PISCINA MUNICIPAL DE ÓBIDOS:** -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,2265, acompanhado da devida documentação.-----

— O Senhor Presidente da Assembleia iniciou o ponto e disse: “Há intervenções por parte dos Senhores Deputados? Temos, para já, as inscrições da Senhora Deputada Ana Sousa e da Senhora Deputada Adélia. Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Sousa.” -----

--- Usando a palavra a Senhora Deputada Ana Sousa disse: “Bom, em relação a este ponto, reitero tudo aquilo que disse relativamente ao anterior. Mais uma vez, temos aqui o tal e-mail a que chamei “folha de couve”; a informação não está devidamente condensada para que possamos saber qual é, afinal, o valor a comprometer e, consequentemente, a autorizar em termos de encargos plurianuais.-----

Também aqui é referida a informação de que o Senhor Presidente aprovou o despacho de execução desta obra a 13 de abril. Assim, volto a questionar se o Senhor Presidente da Câmara continua com a convicção de que tem competência legal para aprovar este projeto de execução. Tudo isto, naturalmente, sem prejuízo de termos em consideração que a obra é, de facto, importante; mas esse mérito, como costume dizer, não escamoteia as irregularidades procedimentais que lhe estão subjacentes.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Senhora Deputada Adélia Araújo tem a palavra.” -----

--- A Senhora Deputada Adélia Araújo no uso da palavra disse: “Em relação a este ponto, eu gostava que o Senhor Presidente da Câmara fizesse uma intervenção em que explicasse qual é, de facto, o âmbito da obra: se abrange apenas a parte exterior ou também a interior, porque analisei os documentos e não consegui perceber isso claramente. -----

--- Estou aqui hoje na qualidade de representante de uma população e de pessoas que utilizam as Piscinas Municipais com muita frequência — desde crianças a cidadãos da terceira idade. Há queixas muito frequentes relativamente ao estado das piscinas, à qualidade da água e à temperatura da água dos chuveiros. Já percebi que esta intervenção vai incidir sobre a eficiência energética, o que considero positivo, mas seria bastante importante que o Senhor Presidente clarificasse estes pontos para que eu possa transmitir, de uma forma simples, uma resposta às pessoas que me têm colocado estas questões. Muito obrigada.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Muito obrigado, Senhora Deputada! Mais alguma intervenção por parte dos Senhores Deputados? Não havendo, Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse: “Obrigado, Senhor Presidente! Obrigado também pelas questões colocadas. Relativamente à questão das competências, reitero que, de acordo com o parecer dos técnicos municipais, o Presidente tem competência legal para determinar a contratação do projeto técnico. -----



--- Quanto à intervenção da Senhora Deputada Adélia Araújo, informo que o projeto de execução detalhado será dado a conhecer na sua totalidade mais tarde, mas posso já adiantar-vos o âmbito das principais intervenções. Estamos a falar desde a substituição de caixilharias para a melhoria da eficiência energética das janelas até à reestruturação integral do sistema de AVAC (Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado), que se encontra danificado e que provoca, atualmente, a recirculação de ar frio para o interior dos balneários. -----

--- Além disso, está prevista a substituição integral do equipamento de bombagem e do sistema de tratamento de águas. O sistema atual já era inovador por recorrer a lâmpadas ultravioletas, mas a nova solução será ainda mais avançada e respeitadora da saúde pública, prevenindo eventuais problemas dermatológicos nos utentes. De uma forma geral, haverá melhorias significativas em toda a estrutura mecânica profunda. Poderemos detalhar tudo isto na apresentação formal do projeto, mas, acima de tudo, a obra terá uma grande dimensão. -----

--- Veja-se o exemplo da cobertura: os painéis solares térmicos atuais, que já não estão a ser utilizados, serão substituídos por painéis fotovoltaicos. Vamos também remover as caldeiras a gás — que geram uma despesa anual na casa dos 130 mil euros para o aquecimento das cubas e das águas sanitárias — e instalar bombas de calor de alta eficiência. Estas vão aproveitar a energia solar produzida no local para a climatização do edifício, gerando uma redução drástica nos custos de operação. De acordo com os estudos económicos que realizámos há cerca de dois anos, o investimento pagar-se-ia por si próprio em cerca de quatro a cinco anos, mesmo que não houvesse qualquer apoio comunitário.-- Havendo um cofinanciamento previsto de 85% — que nesta primeira fase não cobre o valor total, estando fixado em 1 milhão 278 mil euros, embora possa vir a aumentar em sede de empreitada —, toda a despesa apresentada é elegível. Embora a dotação inicial garantida não seja total, temos a forte convicção de que, se houver projetos de outros municípios sem a maturidade suficiente, conseguiremos resgatar fundos adicionais em regime de *overbooking* (sobre-afetação de verbas), garantindo o financiamento integral da obra sem onerar o orçamento da Câmara Municipal. -----

--- Nós temos perfeito conhecimento das reclamações da população: queixas sobre água fria, quebras ocasionais na pressão e a circulação de correntes de ar frio, que tornam a saída do banho totalmente desagradável. Só a resolução deste problema térmico e mecânico implicava, à data, um investimento superior a 200 mil euros. -----

--- O que parecia uma reparação simples acabou por nos obrigar a repensar toda a lógica do edifício, avançando para a modernização profunda dos equipamentos e das maquinarias de tratamento de águas. Olhámos para esta intervenção na perspetiva das oportunidades proporcionadas pelos fundos comunitários, atualmente disponíveis para este tipo de infraestruturas. -----

--- Queremos renovar e rejuvenescer este equipamento desportivo, que é profundamente valorizado pela população. -----

--- Pensando já num horizonte de médio e longo prazo — e não a curto prazo, o que seria irrealista —, o nosso plano prevê a expansão daquela área desportiva, na zona adjacente projetada para as novas instalações da GNR. O objetivo futuro será construir ali mais





tanques integrados, sejam eles destinados a aulas de grupo ou, eventualmente, uma piscina de 50 metros (piscina olímpica). Estamos ainda a aferir o que fará mais sentido e o que a população mais valoriza, mas essa ampliação, como referi, está fora do horizonte imediato. Para já, estes são os esclarecimentos que vos posso adiantar em relação ao projeto que está a ser fechado.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente! Há alguma intervenção complementar? Senhora Deputada Ana Sousa, tem a palavra.” -----

--- No uso da palavra a Senhora Deputada Ana Sousa disse: “Bom, vou voltar a esclarecer a questão que coloquei há pouco, porque o Senhor Presidente estava a dizer uma coisa diferente daquela que eu lhe perguntei. Assim, vou concretizar e voltar a colocar a questão.- A informação refere expressamente o seguinte: *“No despacho do Senhor Presidente da Câmara, exarado no dia 13 de abril de 2026, foi aprovado o projeto de execução relativo à obra identificada em assunto e que se anexa.”* Portanto, o que está aqui em causa e se anexa é um projeto de execução; não estamos a falar do procedimento de contratação do gabinete que elaborou o projeto — matéria sobre a qual diz não saber. -----

Aquilo que lhe estou a perguntar, e volto a reiterar, é o seguinte: o Senhor Presidente assinou um despacho no dia 13 de abril no qual aprovou o projeto de execução da obra de remodelação do edifício das piscinas. Pergunto: o Senhor Presidente tem, de facto, competência legal própria para aprovar este projeto desta obra? -----

--- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse: “E eu, mais uma vez, volto a repetir: segundo a informação técnica, o Presidente tem, ao abrigo da alínea f), essa competência delegada pela Câmara.” -----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com vinte votos a favor, seis votos contra e uma abstenção de voto.*** -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----

--- **PONTO DEZ - APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A FREGUESIA DE A-DOS-NEGROS, NO DOMÍNIO DOS TRANSPORTE, 2026-2029:** -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,1978, acompanhado da devida documentação. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra disse: “Há intervenções por parte dos Senhores Deputados? Temos as inscrições da Senhora Deputada Ana Sousa e do Senhor Deputado e Presidente de Junta de A-dos-Negros, Ricardo Carreira. Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Sousa.” -----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa no uso da palavra disse: “A questão é também muito concreta: o contrato interadministrativo assenta num custo unitário de 80 cêntimos por quilómetro e a pergunta é, essencialmente, esta: como é que foi encontrado este valor de referência? Não se consegue perceber, pelos documentos, de onde é que ele deriva. Há de haver, com certeza, uma fundamentação técnica ou económica para isso, e era exatamente esse esclarecimento que eu gostava de pedir. Obrigada.” -----

--- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de A-dos-Negros Ricardo Carreira no uso



da palavra disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente. Serei breve, guardando algumas notas para o encerramento. Não há dúvida nenhuma de que este é um verdadeiro serviço de proximidade que as Juntas de Freguesia prestam em estreita colaboração com o Município; parece pouco, mas este trabalho já dura há 25 anos. -----

--- Na Freguesia de A dos Negros, asseguramos os transportes do serviço da "melhor idade". Nesta altura, já operamos com três circuitos, ou seja, o número de utentes é de tal ordem que a carrinha tem de fazer três recolhas e três percursos de regresso para levar os idosos das suas residências até ao centro e vice-versa. Como sabem, fazemos também o transporte das crianças do Jardim de Infância, asseguramos a logística dos almoços de Alvito para A- dos -Negros e, frequentemente, fazemos o transporte dos alunos entre o Jardim de Infância e o ATL nos períodos de almoço, sempre que o tempo está chuvoso.---

--- Duas notas finais para terminar. Em primeiro lugar, é caso para dizer que, finalmente, os valores do contrato foram atualizados. Os montantes anteriores vigoravam há quatro anos e era reconhecido, inclusive pelo executivo anterior da Freguesia de A- dos- Negros, que o contrato era deficitário face aos custos reais do serviço prestado. -----

--- É de assinalar e saudar que tenha havido, por parte da Câmara Municipal — neste caso concreto, pela mão do Senhor Vereador Ricardo Duque —, o reconhecimento desta necessidade de atualização. Há uma valorização significativa que registamos de forma muito positiva e que mereceu a nossa concordância nos órgãos da freguesia. -----

--- No momento da negociação, deixei também ao Senhor Vereador duas notas importantes relativas à necessidade de renegociação futura do protocolo, caso se justifique, como aliás está explícito no próprio texto. Isto deve-se a dois fatores concretos: a subida significativa do preço dos combustíveis e o acumular de quilómetros das carrinhas, o que exige uma manutenção cada vez mais dispendiosa. Tenho a certeza de que o Município estará atento e recetivo a estas duas variáveis — o custo do combustível e o desgaste da frota. Falo pela minha freguesia que, com certeza, merecerá essa atenção no final do presente ano, com vista ao exercício de 2027. Muito obrigado.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente de Junta! Mais alguma intervenção por parte dos Senhores Deputados? Não havendo, Senhor Vice-Presidente, tem a palavra.” -----

--- O Senhor Vice-Presidente Ricardo Duque no uso da palavra disse: “Muito obrigado! Antes de mais, muito boa noite a todos. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, a Mesa, os Senhores Deputados e os meus colegas vereadores. De forma muito direta, e agradecendo naturalmente as questões colocadas, começo por responder à intervenção da Senhora Deputada Ana Sousa. -----

--- Para além de o estudo ter sido elaborado pelos serviços municipais — nomeadamente pelo recém-constituído Gabinete de Apoio às Freguesias —, este valor de referência foi definido com base nos indicadores da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), que é a entidade reguladora do setor. Como tivemos oportunidade de referir em sede de reunião de Câmara, os valores de referência da AMT poderiam ascender até 1,20€ por quilómetro, tendo em conta os custos de operação de uma viatura a gasóleo com motorista incluído. Fixámos, por isso, este valor intermédio. -----

--- De acordo com aquilo que também foi sublinhado pelo Senhor Presidente da Junta de



A- dos- Negros, a quem agradeço a intervenção, este protocolo, ao contrário dos anteriores, não foi celebrado de forma cega para a totalidade do mandato. Ele tem uma vigência anual para que possa, caso surja essa necessidade, sofrer reajustes em função da oscilação do preço dos combustíveis, que sabemos flutuar diariamente. -----

--- Consideramos que as Juntas de Freguesia fazem um excelente trabalho no apoio aos serviços do Município e à população. O *feedback* tem sido bastante positivo e as coisas têm corrido bem. As freguesias são, de facto, parceiras imprescindíveis. Sabendo, pelo histórico do mandato passado, que o valor anterior era manifestamente curto, decidimos aumentá-lo substancialmente, sob pena de inviabilizarmos a sustentabilidade financeira destas autarquias e a continuidade do serviço de proximidade. Muito obrigado.” -----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.*** -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----

**PONTO ONZE - APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A FREGUESIA DE AMOREIRA, NO DOMÍNIO DOS TRANSPORTE, 2026-2029:** -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,1979, acompanhado da devida documentação. -----

--- ***Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.*** -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----

**PONTO DOZE- APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A FREGUESIA DE GAEIRAS, NO DOMÍNIO DOS TRANSPORTE, 2026-2029:** -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,1987, acompanhado da devida documentação. -----

--- ***Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.*** -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----

**PONTO TREZE - APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A FREGUESIA DE SANTA MARIA, SÃO PEDRO E SOBRAL DA LAGOA, NO DOMÍNIO DOS TRANSPORTE, 2026-2029:** -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,1991, acompanhado da devida documentação. -----

--- ***Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.*** -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----



**--- PONTO CATORZE - APRECIÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A FREGUESIA DE OLHO MARINHO, NO DOMÍNIO DOS TRANSPORTE, 2026-2029: -----**

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,1988, acompanhado da devida documentação. -----

***--- Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----***

***--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----***

**--- PONTO QUINZE - APRECIÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A FREGUESIA DE USSEIRA, NO DOMÍNIO DOS TRANSPORTE, 2026-2029: -----**

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,1989, acompanhado da devida documentação. -----

***--- Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----***

***--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----***

**--- PONTO DEZASSEIS - APRECIÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A FREGUESIA DE VAU, NO DOMÍNIO DOS TRANSPORTE, 2026-2029: -----**

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,1990, acompanhado da devida documentação. -----

***--- Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----***

***--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----***

**PONTO DEZASSETE - APRECIÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A FREGUESIA DE A DOS NEGROS, PARA COBRANÇA DE FATURAS DE ÁGUA E SANEAMENTO E PROGRAMA “CRESCER MELHOR”, 2026-2029: -----**

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,1994, acompanhado da devida documentação. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra disse: “Há intervenções por parte dos Senhores Deputados? Temos as inscrições da Senhora Deputada Ana Sousa e do Senhor Presidente da Junta de A dos Negros. Tem a palavra, Senhora Deputada.” -----

--- Usando da palavra a Senhora Deputada Ana Sousa disse: “Obrigada! De facto, a nossa sessão de hoje é muito profícua em contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia, o que é sempre de salutar. A minha intervenção visa, essencialmente, dar nota de que gostaríamos que outras matérias fossem também objeto deste tipo de contratos.---

--- Esta descentralização alargada foi, aliás, uma promessa eleitoral deste executivo em maioria. Assim, para além destas matérias de proximidade — que são, sem dúvida, muito importantes —, gostaríamos que outros acordos pudessem vir a plenário. Queremos que correspondam às legítimas expectativas e aspirações das Juntas, bem como ao compromisso que cada executivo de freguesia assumiu com o seu eleitorado e com a sua



população. Era essa nota que gostaríamos de deixar: para além destes contratos, gostaríamos de ver outras áreas refletidas na ordem de trabalhos. Obrigada.” -----

--- O Senhor Presidente da Junta de A-dos-Negros Ricardo Carreira no uso da palavra disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente! Em relação ao que a Senhora Deputada Ana Sousa acabou de referir, posso adiantar que já tivemos a oportunidade de reunir com o Senhor Presidente da Câmara e com alguns Senhores Vereadores, e tem havido total recetividade para estudar a viabilidade de celebrar novos contratos interadministrativos, o que muito nos apraz. -----

--- Relativamente ao assunto em apreço, há de facto uma atualização significativa em termos relativos. Em termos absolutos, ela é relativamente pequena, mas não é por isso que deixamos de prestar este serviço essencial à população. Registo também com agrado o reconhecimento, por parte do executivo municipal, da necessidade de atualizar estes valores. -----

--- Sugeria apenas que se tentasse reduzir a burocracia ao mínimo porque — desculpem-me a expressão — são mais as folhas de papel que temos de entregar ao Município do que as faturas que recebemos. Se esse processo pudesse ser agilizado, eventualmente através de uma plataforma digital, seria muito mais favorável para todos. Muito obrigado.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra disse: Muito obrigado, Senhor Presidente de Junta! Há mais alguma intervenção? Não havendo, o Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.” -----

--- Usando a palavra o senhor Presidente da Câmara disse: “Muito obrigado! Quero agradecer, como é óbvio, as intervenções e sublinhar que esta descentralização foi uma promessa eleitoral que queremos ver efetivamente cumprida. Aliás, o facto de estarmos a dotar as Juntas de Freguesia de maior capacidade financeira visa, precisamente, permitir-lhes o desenvolvimento de projetos que considerem estruturantes — não apenas para o Município em geral, mas em especial para cada uma das freguesias. Queremos que o concelho cresça em equipamentos através desta visão partilhada. O Município irá estudar cada uma das propostas que nos apresentem e validá-las-á, em estreita articulação com os autarcas locais. -----

--- Estamos perfeitamente alinhados e continuaremos a realizar as reuniões prévias necessárias sobre esta matéria. É verdade que enfrentámos algumas dificuldades decorrentes da recente remodelação no seio do executivo municipal, mas a nossa vontade mantém-se intacta e reenergizada. Além disso, importa dar nota do impacto das intempéries que nos assolaram entre o final do ano passado e o primeiro trimestre deste ano, o que poderá ter atrasado alguns procedimentos. Contudo, o nosso foco mantém-se firme numa política de proximidade, onde as Juntas de Freguesia assumem um papel de parceiros fundamentais na extensão do serviço público à nossa população. -----

--- Quero também dirigir-me ao Senhor Deputado e Presidente de Junta, Ricardo Carreira, que referiu aqui um ponto crucial: o de que nós não deixamos de prestar o serviço público. Muitas vezes, a questão fulcral não é o valor financeiro em si, mas sim a nossa responsabilidade institucional. Sabemos que, por vezes, a verba atribuída traduz-se numa receita modesta para a freguesia — e que, se contabilizássemos a burocracia e o custo dos recursos humanos envolvidos, o saldo financeiro seria residual —, mas o que conta, acima de tudo, é a melhoria significativa na proximidade da prestação desse serviço técnico e social. É fundamental haver esta ligação à terra e às pessoas, para que os munícipes sintam que há alguém a trabalhar por eles e para eles. -----





--- Concluo reafirmando que estamos totalmente comprometidos com os contratos já celebrados e, em especial, com os novos acordos que pretendemos vir a celebrar, a curto e médio prazo, com as várias Juntas de Freguesia do concelho. Muito obrigado.” -----

**--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----**

**--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----**

**--- PONTO DEZOITO - APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A FREGUESIA DE AMOREIRA, PARA COBRANÇA DE FATURAS DE ÁGUA E SANEAMENTO E PROGRAMA “CRESCER MELHOR”, 2026-2029: -----**

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,1996, acompanhado da devida documentação. -----

**--- Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----**

**--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----**

**--- PONTO DEZANOVE - APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A FREGUESIA DE GAEIRAS, PARA COBRANÇA DE FATURAS DE ÁGUA E SANEAMENTO E PROGRAMA “CRESCER MELHOR”, 2026-2029: -----**

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,1997, acompanhado da devida documentação. -----

**--- Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----**

**--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----**

**--- PONTO VINTE - APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A FREGUESIA DE OLHO MARINHO, PARA COBRANÇA DE FATURAS DE ÁGUA E SANEAMENTO E PROGRAMA “CRESCER MELHOR”, 2026-2029: -----**

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,1998, acompanhado da devida documentação. -----

**--- Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----**

**--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----**

**--- PONTO VINTE UM - APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A FREGUESIA DE SANTA MARIA, SÃO PEDRO E SOBRAL DA LAGOA, PARA COBRANÇA DE FATURAS DE ÁGUA E SANEAMENTO E PROGRAMA “CRESCER MELHOR”, 2026-2029: -----**

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,1999, acompanhado da devida documentação. -----

**--- Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----**

**--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----**



**--- PONTO VINTE DOIS - APRECIÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A FREGUESIA DE USSEIRA, PARA COBRANÇA DE FATURAS DE ÁGUA E SANEAMENTO E PROGRAMA “CRESCER MELHOR”, 2026-2029: -----**

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31, 2000, acompanhado da devida documentação. -----

--- *Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.* -----

--- *Aprovado em minuta por unanimidade.* -----

**--- PONTO VINTE TRÊS - APRECIÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A FREGUESIA DO VAU, PARA COBRANÇA DE FATURAS DE ÁGUA E SANEAMENTO E PROGRAMA “CRESCER MELHOR”, 2026-2029: -----**

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,2002, acompanhado da devida documentação. -----

--- *Não se tendo verificado intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.* -----

--- *Aprovado em minuta por unanimidade.* -----

**--- PONTO VINTE QUATRO - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ÓBIDOS CRIATIVA, E.M., PARA O ANO DE 2026: -----**

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,2238, acompanhado da devida documentação. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra disse: “Há intervenções por parte dos Senhores Deputados? Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro e, logo a seguir, a Senhora Deputada Ana Sousa.” -----

--- O Senhor Deputado Ricardo Ribeiro no uso da palavra disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente e membros da Assembleia! O contrato-programa entre a Câmara Municipal e a Óbidos Criativa representa um instrumento essencial para o desenvolvimento estruturado do nosso concelho, alinhando-se diretamente com as prioridades de promoção do património cultural e turístico. Este contrato-programa formaliza compromissos claros entre a autarquia e a empresa municipal, garantindo os recursos financeiros e operacionais necessários para ações coordenadas na cultura e no turismo, tais como a gestão da rede de museus e galerias e a organização de eventos temáticos. -----

--- O documento promove o turismo como motor de crescimento económico, sustentando eventos de relevo como o Festival Internacional de Chocolate, o Mercado Medieval, o Festival Latitudes ou o FOLIO, além dos percursos pedestres e da valorização da Lagoa de Óbidos — iniciativas que atraem milhares de visitantes e geram emprego. Ao mesmo tempo, assegura a preservação do património imaterial, integrando as comunidades locais na valorização da identidade obidense e impulsionando novos fluxos turísticos. -----

--- O contrato-programa sustenta também eventos inovadores que diversificam a oferta de Óbidos, como o Óbidos Vila Gaming, que posiciona o concelho no universo do *gaming* e da tecnologia; apoia iniciativas pedagógicas que envolvem diferentes gerações; e dinamiza a promoção do património e do associativismo, fomentando o desporto e a saúde



comunitária. Inclui, ainda, diversas coproduções com o Município, ampliando parcerias para alcançar maiores impactos. -----

--- A comparticipação da Câmara neste contrato-programa gera retornos multiplicadores claros: por cada euro investido, obtém-se um impacto económico estimado entre três a cinco vezes superior em dormidas turísticas, na taxa de ocupação anual, em receitas na restauração e no comércio local, além da criação de mais de 200 postos de trabalho indiretos. São vertentes que demonstram uma enorme eficiência, sustentada por indicadores como o crescimento de cerca de 15% no número de visitantes entre 2024 e 2025, o que valida cabalmente a alocação de fundos públicos numa programação com elevado retorno. -----

--- Este acordo reforça a agenda cultural para 2026, dinamizando a hotelaria e a animação turística de forma sustentável. Para o concelho, o contrato-programa assegura transparência e resultados mensuráveis, fomenta parcerias público-privadas e eleva Óbidos como uma referência cultural incontornável, com evidentes ganhos na coesão social e no retorno do próprio investimento. Desta forma, a bancada municipal do PSD recomenda convictamente a sua aprovação como um pilar central para a prosperidade do nosso território. Muito obrigado.” -----

--- Usando a palavra a Senhora Deputada Ana Sousa disse: “Este contrato respeita exclusivamente ao apoio financeiro do Município à Óbidos Criativa. É um instrumento relevante, mas que continua a revelar fragilidades já nossas conhecidas: trata-se de um apoio financeiro significativo que aumentou cerca de 200 mil euros face ao ano de 2025, assente em objetivos muito genéricos e em termos de acompanhamento e avaliação muito pouco exigentes, o que não permite aferir com clareza a eficiência, a prioridade das opções e o impacto real da despesa pública envolvida. -----

--- Não obstante, estamos perante uma empresa que apresenta, nos últimos três anos, resultados líquidos negativos. É corrente e verdadeiro afirmar que existe uma insuficiência estrutural de resultados próprios, a qual é sistematicamente colmatada através de contratos-programa de coprodução de eventos — em que a Câmara Municipal suporta os custos enquanto os proveitos são inscritos na Óbidos Criativa — e, ainda, através da celebração de contratos *in-house* com o Município, cujo montante ultrapassou os 300 mil euros. -----

--- Este enquadramento financeiro evidencia uma realidade incontornável: o contrato-programa não pode ser analisado como um instrumento autónomo; ele integra-se no modelo de governação da Óbidos Criativa e na relação entre a Câmara, a empresa municipal e a Assembleia Municipal, que apresenta fragilidades relevantes ao nível do controlo e da fiscalização — funções que a lei atribui, designadamente, a esta Assembleia Municipal. -----

--- Esta dificuldade não é circunstancial; tem raízes profundas nos próprios estatutos da Óbidos Criativa, em especial na forma como está configurada a sua Assembleia Geral, revelando uma incoerência estrutural que importa sublinhar. Por um lado, a Assembleia Geral é composta por um único acionista — o Município — representado por uma única pessoa, o que afasta, por natureza, a existência de um órgão colegial de deliberação. Por outro lado, os estatutos insistem em tratar a Assembleia Geral como se se tratasse de uma assembleia tradicional, promovendo reuniões extraordinárias, apreciação e votação de matérias e formalismos próprios de órgãos pluripessoais. -----

--- Prevêem, ainda, a existência de uma Mesa da Assembleia Geral composta por um



Presidente — que, atualmente, é o Senhor Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara — e por um Secretário, que participam nessas sessões sem serem membros de pleno direito do plenário. Fica por esclarecer qual é o estatuto jurídico ou funcional destes elementos, qual o seu papel efetivo no processo deliberativo e, inclusivamente, se dispõem ou não de direito de voto. -----

--- Esta configuração é profundamente ambígua e contribui diretamente para a diluição de responsabilidades. Cria a aparência de um órgão colegial organizado, com mesa, reuniões e votações, quando na realidade não é claro quem integra o plenário, quem decide, quem escrutina e quem responde pelas opções tomadas. Estas duas lógicas são totalmente incompatíveis: não é possível que a Assembleia Geral funcione como um verdadeiro espaço de deliberação ou de controlo quando é composta por uma única pessoa. -----

--- A esta contradição soma-se o facto de a informação relevante e estruturante sobre a vida da empresa não circular de forma atempada, nem para o órgão executivo do acionista, nem para a Assembleia Municipal, chegando, em regra, de forma imperativa e tardia. O resultado é o esvaziamento da Assembleia Geral da sua função substantiva de atribuição de responsabilidades e de controlo financeiro. Na Óbidos Criativa, tudo parece formalmente cumprido do ponto de vista burocrático, mas falta a substância. -----

--- Importa ainda sublinhar que este problema é antigo, tendo sido identificado há mais de uma década. Apesar de sucessivamente reconhecido, nunca foi resolvido de forma estrutural. Optou-se por manter o modelo, aumentando o valor dos contratos-programa sem nunca enfrentar a questão de fundo. É neste contexto que o contrato-programa deve ser apreciado. Enquanto esta incoerência estrutural se mantiver, não é possível acompanhar favoravelmente decisões desta natureza. Não por oposição à atividade cultural da Óbidos Criativa, mas por recusarmos compactuar com um modelo de governação que não é claro, não é coerente e não é seguro no controlo democrático e efetivo de uma empresa municipal financiada com recursos públicos. -----

--- Por estes motivos, a nossa bancada votará contra. Obrigada. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra disse: “Muito obrigado, Senhora Deputada! Mais alguma intervenção por parte dos Senhores Deputados? Não havendo, Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.” -----

--- Usando a palavra o Senhor Presidente da Câmara disse: Muito obrigado, Senhor Presidente! Agradeço as intervenções e cumpre-me sublinhar que a empresa municipal Óbidos Criativa tem realizado um trabalho notável ao longo dos anos. O aumento do número de dormidas no concelho é, como bem destacou o Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, um excelente indicador desse empenho, dessa capacidade de execução e da operacionalização da estratégia deste executivo. Apraz-nos registar o reconhecimento, tanto interno como externo, da dinâmica de um concelho que, embora geograficamente pequeno, se tornou um farol para muitos municípios, vizinhos ou distantes. -----

--- Esta dinamização territorial crucial só é alcançada porque acreditamos no projeto e porque temos o privilégio de contar com jovens quadros altamente competentes na gestão desta empresa municipal, bem como com todos aqueles que traduzem as orientações deste executivo na qualidade visível das nossas ações no terreno — desenhadas pela Câmara, mas consubstanciadas pela Direção e pelo Conselho de Administração da Óbidos Criativa.- Relativamente à constatação de que o valor do contrato-programa aumentou face ao ano anterior: é um facto, mas há uma justificação técnica e clara para isso. Nós deixámos de celebrar o contrato *in-house* autónomo que existia para o evento que se segue, o Óbidos



*Vila Gaming*. Houve, portanto, uma transferência desse encargo para dentro do contrato-programa para que a empresa municipal o execute de forma integrada. -----

--- Os resultados são positivos exatamente pela natureza e dependência deste instrumento de financiamento. Existe uma vontade deliberada deste executivo em manter esta estratégia para não onerar substancialmente os custos de bilheteira dos diversos eventos — sejam eles de cariz cultural, desportivo ou de empreendedorismo criativo e tecnológico. Assumimos, acima de tudo, o compromisso de continuar a aperfeiçoar os procedimentos e os regulamentos que regem a nossa relação com a empresa municipal. -----

--- Por fim, importa sublinhar que a clareza e a transparência deste modelo refletem-se não apenas na apresentação regular de relatórios trimestrais, mas também na auditoria contínua por parte de Revisores Oficiais de Contas (ROC) acreditados, que avaliam técnica e financeiramente o desempenho da Óbidos Criativa. Muito obrigado.” -----

**--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por maioria com dezoito votos a favor, seis votos contra, três abstenções de voto.** -----

**--- Aprovado em minuta por unanimidade.** -----

**--- PONTO VINTE CINCO - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

— A Senhora Deputada Ana Sousa usou da palavra disse: “Apenas um pedido ao Senhor Presidente da Câmara: há pouco, deu-nos um conjunto de informações relativamente a obras que estariam para ser lançadas; aquilo que lhe peço é que, no futuro, essas matérias possam ser integradas na sua informação escrita, para que nós fiquemos com o respetivo registo. É apenas um pedido. Obrigada.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse: “Sim! De facto, solicitei estas notas muito perto da hora desta Assembleia para vos dar conhecimento desta informação. Se houver condições por parte dos serviços técnicos para me prepararem este documento por escrito, acho que faz todo o sentido, para que possam acompanhar em pormenor o ponto de situação dos mais diversos projetos. -----

--- Vejo isso como mais uma informação relevante para o órgão fiscalizador e, portanto, nada tenho a obstar em relação ao pedido. Aliás, diria que é quase desejável que estejamos todos esclarecidos sobre qual é o ponto de situação relativamente a estas matérias, para que também possamos informar aqueles que, muitas das vezes, nos questionam sobre as mesmas. Com certeza que sim.” -----

**--- Não tendo havido mais intervenções, foi dado conhecimento.** -----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Óbidos, pelas vinte e duas horas e vinte minutos, do dia vinte e nove de abril do corrente ano, deu por encerrada a sessão, do que para constar se lavrou a presente ata, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze de doze de setembro. E eu, Cristina Margarida Oliveira Ferreira Almeida, lavrei esta ata que também vou assinar.